

ANFRISO FIALHO

PROCESSO

DA

MONARCHIA BRAZILEIRA

NECESSIDADE

DA

CONVOCAÇÃO DE UMA CONSTITUINTE

A
820.981
F 438
D
1885

PROCESSO
DA
MONARCHIA BRAZILEIRA

NECESSIDADE
DA
CONVOCAÇÃO DE UMA CONSTITUINTE

POR
Antônio Fialho

DOCTOR EM SCIENCIAS POLITICAS E ADMINISTRATIVAS

Edição 10,000 exemplares

Distribuição gratuita

RIO DE JANEIRO

1885

PROCESSO

DA

MONARCHIA BRAZILEIRA

NECESSIDADE

DA

CONVOCAÇÃO DE UMA CONSTITUINTE

POR

ANFRISO FIALHO

DOCTOR EM SCIENCIAS POLITICAS E ADMINISTRATIVAS

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DA GAZETA DE NOTICIAS

72 RUA SETE DE SETEMBRO 72

1885

A
320.981
F438
R
1885

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número

472-5

do ano de

1974

AO LEITOR

N'este folheto eu proponho-me mostrar:

1.º Que o governo pessoal do Imperador já não tem limites e que já nem sequer « se salvam as apparencias, » como disse ultimamente no senado o Sr. Affonso Celso;

2.º Que esse governo pessoal é o principal instrumento de que se tem servido o Imperador para executar o plano politico que concebeu de reduzir a nação ao estado de cadaver, pela pobreza e pelo atrazo, afim de consolidar o seu throno em terra americana onde a *monarchia* é planta exotica;

3.º Que este plano mephistophelico está plenamente executado, tanto que o Imperador já julgou chegada a occasião de preparar a ascensão de sua filha ao throno, para o que abdicará brevemente;

4.º Que a convicção que tem o Imperador de ser impossivel uma revolução e de ter o Sr. Silveira Martins dito ha poucos dias no senado uma verdade quando affirmou que « somos um miseravel rebanho de ovelhas » dá-lhe a certeza da impunidade e por isso o animará a continuar a praticar sua politica anti-nacional e perjura;

5.º Que só ha um meio—que o leitor verá no texto do folheto—pelo qual se *poderá* obrigar o Imperador, ou o seu successor, a sustar a continuação d'essa politica « que estragou todas as forças vivas da nação » e que

IV

o Sr. Ferreira Vianna qualificou na camara dos deputados; com o applauso *unanime* dos seus membros, dos ministros e ex-ministros presentes, exclamando: *Quarenta annos de reinado, quarenta annos de mentiras, de perfidias, de prepotencia e usurpação! Principe conspirador! Cesar caricato!*

6.º Que sómente pelo meio á que acabo de alludir se *poderá* fazer o bem publico ao qual o Imperador se tem intencionalmente opposto por estar persuadido que da prosperidade nacional, que é a somma das prosperidades individuaes dos brazileiros, advirá o reinado da *Republica*, que é a fórma de governo dos povos americanos.

O Auctor.

I
AOS MEUS CONCIDADÃOS.

Em 1876, quando o Imperador emprehendeu a sua segunda viagem á Europa, estando eu então residindo em Bruxellas como addido militar á legação do Brazil, resolvi aproveitar o ensejo que se me offerencia para tornar o nosso paiz mais conhecido no velho mundo civilisado. Porque a verdade, a triste verdade, é que o Imperio Americano só é alli conhecido pelo *vomito negro* (febre amarella) e por seu monarcha, que passa por ser o mais liberal e illustrado dos brazileiros.

O meu fim procurando chamar a attenção do publico europeu para o Brazil era preparar a solução do mais importante problema que podia agitar-se na nossa sociedade, o problema da immigração e colonisação d'este vasto continente, dissipando previamente as falsas apreciações que á nosso respeito se tem espalhado nos paizes d'onde devemos chamar os braços de que carecemos.

Para a realisação do meu fim esbocei a grandes traços a historia do Brazil, occupando-me mais desenvolvidamente do reinado actual, que é a parte mais interessante. Por esta razão, e para attrahir a attenção sobre o meu opusculo, dei-lhe o titulo: *Biographia do Sr. D. Pedro II, Imperador do Brazil*.

Tendo eu até aquella época passado a maior parte da minha vida, ora na Europa, onde fui educado, ora em um internato militar do Brazil, ora nos paizes que serviram de theatro ás campanhas do Uruguay e Paraguay (1864-1870), nas quaes tomei parte, eu disse na biographia que escrevi do monarcha brazileiro o bem que d'elle tinha ouvido dizer e li em alguns esboços biographicos que consultei na occasião.

A minha publicação provocou da parte de alguns patriotas, anonymos e conhecidos, commentarios que muito me surprehenderam. Os anonymos, em cartas enviadas pelo correio, qualificaram sem reboço o meu ensaio historico de

bajulação, lisonja interesseira, etc.; os conhecidos, porém, que bem sabiam que sou incapaz de nutrir tão baixos sentimentos, limitaram-se a prevenir-me que eu estava enganado e que não conhecia bem o Imperador, etc. »

Assim advertido, tomei o partido de procurar conhecer a verdade por mim mesmo, em sua origem insuspeita, isto é, nos *factos*. Os acontecimentos facilitaram-me extraordinariamente o exame que propuz-me fazer. Durante as minhas investigações, começadas na Europa em 1877 e continuadas no Brazil desde o anno immediato até hoje, abrangendo portanto um espaço de tempo de oito annos, estudei, analysei e meditei os principaes factos politicos e não politicos em que o Imperador teve parte directa e indirecta; comparei os factos d'esse período de oito annos com os que constam da nossa historia politica desde que elle foi declarado maior, e para melhor interpretal-os reli a historia da humanidade, com particularidade a dos imperadores romanos, e aprofundei com o maior cuidado as revelações que faz Machiavel e os conselhos que dá aos chefes d'Estado na sua obra immortall *O Principe*.

Pois bem; o resultado d'esse estudo consciencioso e pratico entristeceu-me profundamente. O Imperador appareceu-me então por tal forma opposto ao que eu suppunha que era e d'elle tinha dito que eu mesmo custava a admittir o resultado de minhas pesquisas á medida que ia estudando-o e conhecendo-o melhor; e certamente eu não ousaria externar o juizo que formo d'elle hoje se não tivesse em meu apoio um grande numero de factos cada qual mais convincente e, sobretudo, se eu não considerasse como um acto do mais puro patriotismo e o mais sagrado dos deveres o de dizer aos meus concidadãos a verdade que descobri e que deve servir-lhes de guia nas suas futuras relações com o seu Imperador. Este dever impõe-se-me de uma maneira irresistivel porque fazendo-lhe outr'ora a apologia no estrangeiro e affirmando solemnemente o seu patriotismo e as suas melhores intenções, eu contribui de alguma forma para fazer nascer ou augmentar a confiança dos brazileiros no chefe da nação e para adormecer o espirito nacional, quando é da maior urgencia e necessidade despertarl-o e imprimirlhe uma direcção capaz de obrigar aquelle chefe a mudar de politica e a sustar — se é que já não é tarde — a execução dos seus criminosos designios.

Não dizer ao meu paiz a verdade que descobri com relação ao Imperador importaria commetter um crime de lesa patria, ou pelo menos ser cumplice, por meu silencio, de tão grande attentado.

Essa verdade é a mesma que devem conhecer todos os brasileiros que, tendo militado activamente na nossa politica, têm ao mesmo tempo *estudado* o reinado do Sr. D. Pedro II; têm tratado de perto com o monarcha brasileiro; tiveram aspirações patrióticas; procuraram contribuir para a prosperidade e bem-estar de seus concidadãos; conhecem a natureza humana e, sobretudo, a natureza, a indole e os secretos propositos da monarchia em geral. Aquelles dos meus patricios que estão n'estas condições devem conhecer o Imperador tão bem como eu o conheço hoje, isto é, devem saber: 1º *que somos governados por um calculador frio e implacavel que formou um plano altamente egoista, por ser em favor exclusivo dos interesses do seu throno, e por isso mesmo altamente criminoso porque é contrario a felicidade da nação cuja prosperidade elle jurou promover;* 2º *que para a execução deste plano elle não tem recuado ante meio algum, por mais reprovado que seja pela religião, pela philosophia, pela moral ou pelo direito.* (*)

Aquelles, porém, que têm vivido descuidosamente no meio do indifferentismo intencionalmente creado pela politica do Imperador, adormecidos, por assim dizer, pelo veneno subtil preparado pela alchimia imperial, para mais seguramente realisar-se aquelle plano criminoso; aquelles que não têm procurado saber *como* somos governados e para onde nos levam os nossos governantes e que vivem illudidos pelas apparencias tranquillisadoras da ordem publica e das exterioridades democráticas e insinuantes do monarcha; esses devem acreditar, assim como eu acreditava ainda em 1876, que o Imperador do Brazil é o melhor dos homens, o mais patriota e desinteressado dos brasileiros, um cidadão que está se sacrificando para fazer a felicidade da nação que governa, tal é a habilidade immensa, inexcidível—nem mesmo pela de Tiberio que Tacito tanto exalta—com que elle tem sabido encobrir a verdade e enganar a massa dos governados. (**)

A dissimulação do Imperador é a condição fundamental

(*) Os que conhecem a historia sabem que é esta a politica de todos os monarchas e que seria mesmo irracional exigir que um homem prefra os interesses alheios (os de uma nação) aos seus proprios ou de sua familia.

(**) Meu pai é um d'esses illudidos, e nas suas crenças é acompanhado por toda sua familia. E' tal esta illusão em que elle vive e tamanha a dedicação que vota ao Imperador que, para não desgostal-o, nem aos outros membros de sua familia, tive de adiar esta publicação até onde me permittiu o patriotismo. Hoje, porém, que o amor da patria sobrepuja o da familia, cedo á um movimento á que já não posso resistir.

de sua politica ou a do governo dos ambiciosos que pouco se importam com os meios para chegarem aos fins. Luiz XI e, depois d'elle, como antes d'elle, muitos outros governantes sem escrupulos, disseram: *Quem não sabe dissimular não sabe governar.* E' d'esses que Edgard Quinet disse: « A mentira é a alma da politica. » Accrescente-se a isso este pensamento de um philosopho insuspeito e experimentado, o preceptor de Nero: « O throno, diz Seneca, ensina a perfidia e o crime » e ter-se-ha assim uma idéa approximada da natureza da monarchia e dos meios que ella emprega para manter-se.

Essa politica tortuosa, hypocrita e criminosa, com todas as apparencias da honestidade, da abnegação, do patriotismo e da benevolencia, empregada pelos possuidores de throno foi posta em relevo por Duruy, o grande historiador francez, quando disse: « Os Imperadores romanos, á semelhança de Jano, o deus d'elles, têm duas caras, e por isso devem ter duas historias. » (*Historia Romana.*)

O Sr. D. Pedro II não escapou á esta lei geral, antes tinha razões especiaes (que mostrarei mais adiante) para applical-a com todo o rigor, e isto explica a razão por que, tendo-lhe eu feito a apologia em 1876, posso, depois que o vi de perto e estudei-o praticamente, apresentar-me de novo em publico para, escrever-lhe a segunda historia que é a *verdadeira*. Para este fim já colleccionei os dados, ou elementos necessarios e os coordenei sob o titulo *Processo da monarchia brasileira*. E' um livro em que provo com numerosos factos tudo o que fica exposto n'esta brochura.

A biographia do Imperador que escrevi em Bruxellas é a photographia de uma de suas caras, aquella com que se apresenta em publico e que traz afivelada a mascara do patriotismo e da honestidade; a sua verdadeira historia, da qual o *Processo da monarchia brasileira* são os lineamentos, será a photographia da outra cara, isto é, d'aquella que só é vista por seu successor presumptivo á quem elle, com certeza já deve ter ensinado a « profissão de rei » e por aquelles que estão nas condições que descrevi acima, isto é que o estudaram de perto e praticamente.

III

Vejamos qual é este plano cuja existencia eu estava longe de suspeitar em 1876

O Sr. D. Pedro II reconheceu, por si mesmo ou porque lh'o ensinaram os frades que o educaram, que a mo-

narchia brasileira era a unica arvore de sua especie que se cultivava no immenso solo americano e que as tendencias naturaes do povo brasileiro eram identicas ás dos seus irmãos da America, isto é, inteiramente republicanas, como já o havia provado em diversas épocas de sua historia; por isso tomou elle muito naturalmente a resolução de contrariar essas tendencias por meio de uma politica que tivesse por fim consolidar a sua monarchia ou o seu throno. Dois eram os meios que elle podia empregar para conseguir o seu fim secreto, assim como dois são os meios principaes de educar o individuo humano: pelo amor e esperanza de uma recompensa, ou pela violencia e temor do castigo. Impellido pelos instinctos naturaes do homem, entre os quaes domina o egoismo ou o interesse individual, que o leva muitas vezes a commetter os mais reprovados, consultando a historia que é « a mestra dos reis », sabendo bem que não se tratava da educação de um filho e, por conseguinte, não sentindo bater-lhe o coração em favor do systema que prefere o amor, mas que, pelo contrario, achava-se em presença de um estranho, quasi de um inimigo — um povo da America republicana — tendo, além d'isso, ouvido o maior especialista na materia, Machiavel, que diz: « quem conta com a gratidão edifica sobre a lama », — não é para admirar que o Imperador do Brazil se tivesse pronunciado pelo segundo systema, o da violencia e temor do castigo, para educar o povo brasileiro e manter o seu throno, tanto mais quanto elle devia saber que foi este o systema dos imperadores romanos cuja maxima de governo era: *oderint dum metuant* (podem odiar com tanto que tenham medo). (*)

Este systema lhe pareceu, pois, muito mais seguro e efficaz; *era jogar pela certa*, como dizem os profissionaes. A difficuldade toda era de salvar as apparencias, combinando-o habilmente com algumas disposições do systema contrario; mas para isso tambem não faltavam regras infalliveis, nem conselheiros experimentados e que deixaram nome na historia. Machiavel por si só bastava.

São dois os pensamentos principaes do plano politico do Imperador: 1.º Tornar-se elle o unico poder da nação affim

(*) O systema escolhido pelo Imperador para governar explica o facto de não ser elle amigo de ninguem, nem ninguem ser amigo d'elle. E' pela mesma razão que elle tem imitado Tiberio e muitos outros soberanos que perseguiram, despresavam ou immolavam aquelles que maiores serviços lhes haviam prestado. Tacito chama a isso « desfazer-se de um instrumento depois de ter-se servido d'elle » e Machiavel aconselha com grande empenho semelhante procedimento quando diz ao principe: « sê ingrato, mão e perjuro ».

de que todos e tudo, instituições e homens, dependessem d'elle e elle pudesse governal-os ou dirigil-os no sentido dos interesses do throno; 2.º Reduzir a nação ao estado de cadaver, já impedindo-lhe o progresso e a prosperidade, que dão a força e a independencia, já não deixando ninguem criar prestigio, sobretudo na carreira publica, ou tirando d'aquelles que conseguiram adquiril-o a despeito dos esforços em contrario da politica imperial.

Para a realisação d'esse plano o Imperador organisou, com as maximas e principios ensinados por Machiavel e outros auctores, um systema de governo realmente engenhoso, posto que diabolico, e o tem posto em pratica com uma habilidade e perseverança que bem mostram o immenso interesse que o animá.

IV

O plano do Imperador está plenamente realisado, de modo que elle pôde abdicar tranquillamente, dando á sua filha apenas este conselho de Machiavel: *basta que te não tornes odiosa, nem desprezível e que sigas fielmente a senda que trilhoi e os conselhos que te dei.* E é o que elle vai fazer brevemente, á julgar por todos esses preparativos por meio dos quaes a princeza tem procurado adquirir uma certa popularidade assistindo aos exercicios do exercito, viajando as provincias onde o espirito republicano está mais accentuado e dando bailes todas as semanas.

As provas da existencia do plano do Imperador, isto é, dos dous pensamentos principaes que o compõem, não faltam. N'esta exposição eu citarei sómente os testemunhos mais importantes.

Quanto á existencia do governo pessoal, alma do plano imperial, ella está provada pelo unico modo irrefutavel por que pôde ser provada, isto é, pelo testemunho de ex-ministros e dos mais autorisados.

Com effeito: O senador Euzebio de Queiroz, ex-ministro e chefe supremo do partido conservador, dizia que « um homem de dignidade não podia ser duas vezes ministro do Sr. D. Pedro II » alludindo assim ao facto do monarcha não deixar o ministro governar livremente. E não quiz ser mais ministro n'este reinado. (*)

O senador Paula Souza, ex-ministro e chefe do partido

(*) O senador José Bonifacio foi uma só vez ministro e desde então têm sido baldados todos os esforços do Imperador para o fazer aceitar mesmo o cargo de presidente do conselho de ministros.

liberal, dizia, referindo-se ao Imperador: « ha lá em cima alguma cousa podre. »

O Sr. Paulino de Souza, ex-ministro e ainda hoje um dos chefes conservadores, exclamou em 1871 na camara dos deputados: « Meus senhores, já ha dous seculos o padre Antonio Vieira dizia uma profunda verdade, e é que *n'este paiz só ha uma vontade* » (a do Imperador).

José de Alencar, depois de ter sido ministro, escreveu: « Como um polypo monstruoso, o *governo pessoal* invade tudo, desde as transcendentés questões da alta politica até as nugas da pequena administração. »

O Sr. Saraiva, depois de ter sido mais de uma vez ministro, disse ao directorio do partido liberal, em uma carta, o seguinte: « O poder *dictatorial* da corôa é uma verdade que só é hoje desconhecida pelos *nescios* ou pelos *subser-vientes* aos interesses illegitimos da monarchia. »

O senador Silveira Lobo, ex-ministro e respeitabilissimo ex-chefe liberal, hoje republicano, disse em 1879 no senado quando ainda era monarchista: « Hoje só os *servis* e os *nescios* desconhecem a existencia do *poder pessoal*. »

O senador Cotegipe, chefe supremo do partido conservador, que foi muitas vezes ministro, disse em fevereiro de 1879 no senado: « A *preponderancia* da corôa sobre os demais poderes, chamem-na como quizerem—*poder pessoal*, *poder dictatorial*, *prerogativa real*—EXISTE com effeito! »

Finalmente, ainda o Sr. Saraiva, sendo presidente do conselho dos ministros, em julho d'este anno, e quando, em obediencia aos deveres do cargo que occupava, inventou uma circumstancia attenuante em favor do Imperador dizendo que « o governo pessoal tinha cessado com a nova lei eleitoral de 1881 » não pôde deixar de reconhecer e confessar « que até então houve *absolutismo* » (textualmente.)

Se das affirmações individuaes passarmos ás declarações collectivas, eu não poderei citar nenhuma mais eloquente e significativa do que a que foi feita pela camara dos deputados na sessão de 31 de julho do anno atrazado. Alli, n'aquella memoravel sessão, o Sr. Ferreira Vianna, membro eminentissimo do partido conservador, qualificou o reinado e a politica do actual Imperador n'estes termos: « Quarenta annos de reinado, quarenta annos de mentiras, de perfidias, de prepotencia e usurpação. Principe conspirador; Cesar caricato! » Esta sentença recebeu uma confirmação solemne de todos os deputados presentes, primeiramente pelo silencio profundo e approbatorio, sem uma unica contestação, com que foi ouvido o grande orador; em segundo lugar porque foi abraçado por todos elles no fim do seu discurso (vide

Diario Official de 1º de agosto do anno atrazado). (*) Note-se que entre os deputados presentes que abraçaram o auctor da sentença sobre o Imperador e a sua politica estavam aquelles que eram ministros e os que já tinham sido.

Não acho fóra de proposito dizer aqui que, no caso de tomar-se em consideração a confissão do Sr. Saraiva de que o absolutismo do Imperador só cessou com a nova lei eleitoral, se poderá augmentar e corrigir a sentença do Sr. Ferreira Vianna dizendo: Quarenta annos de reinado, *quarenta annos de absolutismo*, de mentiras, perfídias, etc.

V

Mas será verdade que o governo pessoal cessou com a promulgação da nova lei eleitoral?

Terá algum fundamento essa *sabida* do Sr. Saraiva, auctor d'aquella lei que restringiu descommunalmente o numero dos votantes para representantes da nação?

Vejamos. Para ter havido *absolutismo*, como confessa S. Ex. que houve, foi necessario ter havido usurpação. Ora, a usurpação é um acto criminoso e de deshonestidade politica. Portanto, o Imperador, foi, na propria opinião do Sr. Saraiva, criminoso e deshonesto durante os quarenta annos que exerceu o absolutismo. Mas como explicará o Sr. Saraiva o phenomeno physiologico da mudança subita do Imperador de deshonesto (usurpador), que era, para um governante honesto (fiel cumpridor da lei) só pelo facto da promulgação de uma lei eleitoral. Ainda mesmo que esta lei estabelecesse uma penalidade para o Imperador—o que não podia fazer visto ser elle inviolavel e irresponsavel—ainda assim eu não poderia comprehender como é que essa lei podia tornar honesto um homem deshonesto. A deshonestidade sendo um acto *voluntario* eu não posso comprehender, repito, como é que uma disposição legal, *mesmo quando ella se refere a um dado individuo*, deva necessariamente influir sobre a sua vontade, e *tão effizazmente* que elle mude subitamente de conducta. Desde quando as leis pennaes fizeram cessar os crimes e os delictos? Em que paiz já se viu a pena de morte acabar com os assassinos? E note-se que o particular que assassina está sujeito á ser preso, processado e condemnado á morte, ao passo que o Imperador é inviolavel e irresponsavel, é chefe da força publica e traz os juizes debaixo de sua dependencia.

(*) O *Diario Official* diz que o orador foi «comprimentado» quando a verdade é que elle foi «abraçado.»

Como, torno a repetir, por que *mediador plastico* a lei do Sr. Saraiva, lei aliás feita ao sabor do Imperador, conseguiu fazer cessar o absolutismo imperial que durava desde quarenta annos? Foi esta explicação que o Sr. Saraiva teve o cuidado de não dar por uma razão muito simples: porque elle a não podia dar, isto é por ser falsa a sua proposição.

Mas o Sr. Saraiva não limitou-se a inventar aquella circumstancia attenuante; elle accrescentou n'aquelle tom orgulhoso de quem julga que está *governando* um rei: « Isso de *governo pessoal* é uma *balela* porque não ha governo pessoal com ministros que têm a coragem de suas convicções! »

Para refutar esta these eu lembrarei dous factos de nossa historia, que são bem conhecidos do Sr. Saraiva e cuja importancia decisiva elle mesmo não poderá deixar de reconhecer.

O primeiro d'estes factos deu-se com Honorio Hermeto Carneiro Leão (mais tarde Marquez de Paraná), que foi o politico que mais energia teve entre nós, e que, por consequente, pôde ser considerado como o typó do ministro que tinha no mais alto gráo a coragem de suas convicções. Pois bem, o Sr. Honorio quando chefe do ministerio em 1843 quiz demittir um empregado seu, o Sr. Saturnino, inspector da alfandega do Rio de Janeiro, que lhe fazia opposição; mas não o conseguiu por causa da resistencia invencível que encontrou no Imperador. Entretanto, o ministro teve bastante dignidade e coragem de suas convicções para dizer ao monarcha: « Senhor, ou o inspector da alfandega é demittido, ou dou a minha demissão de ministro de Vossa Magestade. » Pois quer o Sr. Saraiva que eu lhe recorde qual foi o resultado d'essa alternativa que o digno e altivo ministro offereceu ao Imperador? Foi o ministro que foi demittido! Venceu portanto o poder pessoal ou « dictatorial » ou o « absolutismo » do monarcha apezar da coragem das convicções do ministro!

Assim procedia o Imperador quando tinha apenas 18 annos d'idade, isto é quando ainda não tinha domado, estragado, aniquillado ou desprestigiado os homens e os partidos politicos, isto é quando ainda não tinha reduzido este povo ao estado de cadaver.

O segundo facto historico teve lugar quando o Imperador já sabia que podia impunemente desprezar os nossos homens e as nossas instituições ao ponto de poder chamar os seus ministros de *resto* sem provocar a minima indignação.

O facto deu-se com outro ministro tido e havido como um dos homens mais independentes do Brazil por seu character, seu saber e os meios de subsistencia.

Refiro-me a Zacarias de Góes e Vasconcellos, chefe liberal. Sendo elle presidente do conselho dos ministros em 1868, o Imperador, querendo demittir-o para dar o poder aos conservadores, escolheu senador o unico adversario do ministerio, Salles Torres Homem, em uma lista de candidatos onde havia dous correligionarios do governo, prevendo perfeitamente o que havia de acontecer. Zacarias diz ao Imperador que a escolha « não é acertada. » O Imperador sustenta a sua opinião, e aquelle presidente do conselho, que tinha a coragem de suas convicções, como a tinha Paraná, offerece ao Imperador a mesma alternativa que em 1843 lhe offerecera este ministro. O Sr. Saraiva sabe que ainda d'essa vez prevaleceu a vontade do Imperador e que Zacarias teve de demittir-se. De que serviu, pergunto ainda, a coragem de convicções do ministro?

Estes dous exemplos mostram que a coragem das proprias convicções nada pôde absolutamente contra o poder pessoal quando o Imperador o *quer* exercer, porque essa coragem a tiveram no mais alto gráo Paraná e Zacarias, e nem por isso deixou de triumphar a vontade do Imperador.

Se a cessação do poder pessoal depende sómente da coragem de convicções do ministro, como explicará o Sr. Saraiva, *liberal*, a sua lei eleitoral *ultra-conservadora* e notoriamente feita ao *sabor do Imperador*? Como explicará elle igualmente o seu projecto de lei sobre o elemento servil que é considerado obra do partido conservador, isto é do partido do Imperador?

D'estes dous factos que fallam mais alto do que simples palavras, mais ou menos sonoras e destinadas a fazer effeito, eu concluo o seguinte: ou o Sr. Saraiva, quando ministro e chefe dos ministros, não teve em face do Imperador a verdadeira coragem de suas convicções liberaes, ou se as teve não foi em gráo tão elevado como a tiveram Paraná e Zacarias porque em vez de dar a sua demissão, como fizeram aquelles dous estadistas, preferiu *transigir* com o poder pessoal, provavelmente por ter reconhecido a sua fraqueza perante aquella *omnipotencia* que triumphou mesmo sobre caracteres como Paraná e Zacarias.

Mais habil do que S. Ex. foi o Sr. Martinho Campos, o qual depois de ter levado durante 20 annos a clamar na camara dos deputados contra o governo pessoal e « o amo do Sr. Sinimbú » quando foi feito pelo Imperador chefe de um ministerio declarou com um sangue frio espantoso: « O

paiz não precisa de reforma alguma!» E' que o Sr. Martinho de Campos conhecia a fabula da raposa que, não podendo trepar á uma grande altura para comer as bellas e magnificas uvas que via, e que estavam perfeitamente maduras, disse: *estão verdes!*

Assim fez o Sr. Martinho de Campos dizendo que o paiz não precisava de reformas por saber que o Imperador não o deixaria fazer nem uma só.

A cessação do governo pessoal não depende, pois, nem de uma lei eleitoral que esbulhou um numero immenso de cidadãos do direito de votar para representantes da nação, isto é, uma lei que augmentou o poder imperial na mesma proporção em que diminuiu o poder nacional, nem da maior ou menor coragem de convicções dos ministros. A cessação d'esse crime politico depende exclusivamente da propria vontade do seu autor, assim como a cessação dos crimes e delictos previstos pelo codigo penal depende sómente da vontade dos máos e perversos e não das leis penaes. A cessação do governo pessoal do Imperador cessará no dia em que elle, por sua livre e expontanea vontade, resolver reinar como um soberano constitucional. Mas *quererá* o Imperador tomar semelhante resolução? E' esta a questão.

VI

O Imperador não tomará jámais por sua propria vontade a resolução de cessar de governar só e exclusivamente o Brazil, porque elle está persuadido que semelhante resolução importaria uma abdicación em favor da republica. Quando elle formou o seu plano de concentrar em suas mãos todos os poderes da nação o fez para sustentar a monarchia e porque tinha amor ao throno: por consequente não é natural esperar que elle mude de plano.

Cessar hoje de exercer o governo pessoal equivale, na opinião d'elle, a auctorisar a desmanchar a sua obra, e é isto o que elle não póde querer.

Um factó recente prova exuberantemente que nem o Imperador está disposto a *suicidar-se*, politicamente falando, nem que a lei do Sr. Saraiva teve o alcance que o seu autor lhe quer emprestar. Este factó é o seguinte: Tendo o ministerio Saraiva sido obrigado a dar a sua demissão, não em consequencia de um voto do parlamento, mas porque reconheceu que estava cahindo na « valla commum », o Imperador, em vez de encarregar um chefe liberal de formar

um novo gabinete — a tal incumbencia dada ao Sr. Paragnaguá, *alma* do ministerio demissionario, não passou de uma farça ridicula — deu o poder ao chefe da minoria conservadora, o Sr. Cotegipe, procedendo assim absolutamente como procedia *antes* da ultima lei eleitoral e usando dos mesmos meios, pretextos e artificios para *salvar as apparencias*. O Imperador conduziu-se n'essa mudança de politica ou successão dos partidos no governo do paiz como se a lei eleitoral do Sr. Saraiva não existisse; e se o Sr. Saraiva qualificava de absolutismo ou poder dictatorial a conducta do Imperador quando *antes* da ultima lei eleitoral substituia os partidos no poder á seu capricho, arbitrariamente, sem indagar se tinha havido, ou não, votação na camara dos deputados, ou qual d'elles tinha maioria na camara, tambem deve qualificar do mesmo modo o facto identico que o Imperador praticou *depois* da referida lei.

Logo, a ultima lei eleitoral não *obrigou* o Imperador a cessar o seu governo pessoal, e a subida dos conservadores prova que elle não está disposto a tomar a resolução que figurei acima, isto é a reinar como um soberano constitucional. O proprio Sr. Saraiva deve, á esta hora, estar convencido e, talvez, arrependido de ter dito que a sua lei fez do Imperador um homem honesto. Terá elle um dia a coragem de suas convicções e bastante patriotismo para dizel-o aos seus concidadãos?

A' respeito da ultima crise politica expressaram-se no parlamento no sentido que acabo de fallar, ex-ministros dos mais competentes, taes como os Srs. Silveira Martins e Affonso Celso. Foi este tambem o juizo manifestado pelos orgãos da imprensa neutra e independente, como, por exemplo, a *Gazeta de Noticias*.

A conducta do Imperador dando actualmente o poder ao partido que está em minoria no parlamento reveste-se de um character de absolutismo tanto mais accentuado e revoltante quanto ha apenas poucos mezes que foi dissolvida a camara dos deputados, e que o paiz elegeu uma maioria liberal. Além d'isso, tendo elle consultado o presidente da camara sobre a possibilidade da formação de um governo liberal, ficou sabendo que o partido liberal, em maioria e unido, estava resolvido a sustentar um novo ministerio do seu credo politico. Este pouco caso que o Imperador fez da opinião da nação e da do presidente da camara foi caracterizado pelo Sr. Affonso Celso no senado dizendo: « que já nem siquer se salvam as apparencias » e pelo Sr. Lourenço de Albuquerque, na camara dos deputados, exclamando: « A ascensão dos conservadores não me causou espanto,

porque já estou habituado aos actos do *poder despotico* que rege este paiz! »

Agora pergunto: depois dos *factos* allegados e das opiniões que citei dos chefes e mais eminentes membros de todos os partidos, quem ousará ainda afirmar que não tem havido e não ha mais governo pessoal do Imperador? Evidentemente só os «nescios e os subservientes aos interesses illegitimos da monarchia» ousarão fazel-o. A' esses, porém, eu não procurarei convencer: os primeiros, porque se ainda não puderam enxergar a verdade por si mesmos seria inutil tentar abrir-lhes os olhos; os ultimos, porque não ha peor cego do que aquelle que não quer ver, nem peor surdo do que aquelle que não quer ouvir. Mas sempre lhes farei a obra de caridade de chamar a sua attenção para o *Processo da monarchia brazileira* por onde os nescios poderão ver quem é o senhor dos nossos destinos, e os subservientes qual a recompensa ou vantagem que d'elle podem esperar.

Ha, porém, quem affirme, uns convencidos e outros unicamente no intuito de defenderem o Imperador, que os culpados da existencia do governo pessoal são os partidos. A' estes eu direi: os partidos são representados por seus chefes; e qual foi a influencia que sobre o animo do Imperador exerceram caracteres como Paraná, chefe do partido conservador, e Zacarias, chefe do partido liberal? Os factos que citei relativamente á estes dous grandes chefes provam até a ultima evidencia que elles não podiam fazer mais do que fizeram em presenca do capricho imperial, e entretanto, não conseguiram fazer o Imperador entrar na legalidade. Demittiram-se porque não quizeram submeter-se, preferindo sacrificar-se nobremente aceitando resolutamente uma das alternativas do famoso dilemma com que alguns annos mais tarde Gambetta, o famoso tribuno francez, devia impor a vontade nacional á um chefe d'Estado infiel. Que mais podiam elles fazer? Quem ha por ahí entre os nossos politicos que tenha a estulta pretensão de fazer melhor? Que digam *como*. Demittiram-se, repito, e era o *unico* modo que tinham de resistir ao governo pessoal. Mas o Imperador não fez caso d'essa resistencia, como não fará de nenhuma outra do mesmo genero que possá apresentar-se-lhe, porque sabe que não falta quem queira ser ministro, mesmo com a condição expressa de vir dizer publicamente que elle é o modelo do rei constitucional.

O independente e insuspeito Sr. Andrade Figueira exclamou ha poucas semanas apenas na camara dos deputados: « No Brazil ha uma só cabeça da qual dependem

os *partidos!* » Ora ahí está um dos chefes do partido conservador respondendo formalmente aos autores da objecção: não é o Imperador que depende dos *partidos*, são os *partidos* que dependem do Imperador!

E' esta a verdade, e assim fica igualmente respondido á uma segunda objecção semelhante á primeira e segundo a qual a culpa da existencia do governo pessoal está no *povo*. Se aquelles que accusam o povo querem com isto dizer que elle devia revoltar-se ou fazer a revolução, elles verão mais adiante a impossibilidade d'este movimento; em outra qualquer hypothese eu lhes direi: se os partidos organisados, que são uma força real, susceptivel de encaminhar-se em uma determinada direcção, não têm conseguido matar o *monstro*, como poderia conseguil-o o povo que está espalhado em uma immensa superficie, sem plano e sem chefe? Repito: digam olles *como é* que o povo poderia acabar com o poder pessoal.

As objecções á que acabo de responder, ou são o producto da ignorancia ou da esperteza, e esta crença autorisa-me a perguntar aos homens de boa fé: quem é o culpado, o ladrão ou o roubado? Podem replicar-me: não se *deixasse* roubar. E eu tornarei a perguntar: e se o ladrão for o mais forte e o mais habil? Se persistirem em afirmar que a culpa é das *victimas*, então lhes perguntarei pela terceira vez: se assim é porque razão existem os codigos penaes no mundo inteiro? Respondam, senhores nescios e subservientes!

VII

Quanto á realidade do segundo pensamento do plano imperial — reduzir a nação ao estado de cadaver — ella ahí está palpavel para quem quizer sentir e visivel para quem quizer ver, e não se deixa illudir pelas apparencias d'esta capital que, por seu commercio, é uma cidade mais estrangeira do que nacional e parece um oasis n'um immenso deserto apezar da grande miseria que o observador intelligente póde facilmente n'ella descobrir. Ahí está a lavoura, primeira e quasi unica fonte de renda do paiz, individadissima e em vespera de uma grande catastrophe pela abolição de seu principal elemento de trabalho — o escravo —: ahí está o *deficit* constante e crescendo cada vez mais; provincias ha que não podem pagar os empregados publicos; o papel-moeda, unico meio circulante, depreciado em cerca de 50 %; ha poucos annos, para não haver

demora na satisfação dos nossos compromissos para com os credores do Estado na Europa, aproveitamos a occasião que se offerecia para vender-se um navio encouraçado, o *Independencia*; actualmentè, nos dias marcados para o pagamento dos juros das apolices da divida publica, o pagador encobre a falta de dinheiro dizendo «que as folhas ainda não estão preparadas»; o Estado procura nas loterias, isto é, no dinheiro dos pobres e no jogo, parte dos recursos que precisa para as suas despezas; a mendicidade está organizada em todo o Imperio, com os seus dias e suas horas certas; até para sustentar o *Asylo da mendicidade* teve o governo de formar uma sociedade para *mendigar esmolas* entre os particulares; advogados, medicos e engenheiros estão á espera de emprego publico para viver, e enquanto não o obtêm vivem miseravelmente e de empréstimos, que é a esmola disfarçada; a prostituição publica e particular em tão grande escala é outra fórma de mendicidade á que se vê reduzida uma parte da população.

A *pobreza e o abraço*, por conseguinte o estado lastimoso do Brazil, foram ultimamente confessados no parlamente pelo proprio governo, isto é pelo Sr. Saraiva chefe do gabinete e que era ao mesmo tempo ministro da fazenda, o que o habilitava a bem conhecer a situação do paiz.

Com effeito, quando na camara um deputado republicano attribuia á monarchia a triste situação em que se achia o Brazil, aquellè chefe do gabinete, respondeu dizendo «que não era a monarchia a causa dos *nossos males e do nosso abraço*» deseza esta que implica a confissão de estar o paiz *abrazado e soffrendo*.

O successor do Sr. Saraiva, barão de Cotegipe, disse algumas semanas mais tarde, por occasião de apresentar o seu programma ao parlamento: «Se continuarmos a pedir empréstado para pagar *deficits* e a votar *deficits* para de novo pedir empréstado, digo com franqueza que a *ruína do Brazil será infallível*.»

Para fazer uma idéa, por comparação, da situação economica do Brazil, que foi qualificado de *paiz pauperrimo* por um estangeiro insuspeito, o consul dos Estados-Unidos, no relatorio que enviou ultimamente ao seu governo, bastará lembrar que a receita do Imperio é igual á da cidade de Paris!

E' este o resultado financeiro de quasi meio seculo de absolutismo do Sr. D. Pedro II!

E como não ser assim se o governo do Imperador nunca fez o que devia fazer para promover o progresso

da nação? (*) Como poderia o Brazil ter progredido e desenvolvido os seus recursos naturaes sem estradas de rodagem, sem braços, sem capitães, sem instrução publica e educação nacional e profissional, isto é sem um só dos factores reconhecidos pelos economistas como indispensaveis ao progresso da riqueza social, e, ainda em cima, conservando a escravidão, que é o mais poderoso obstaculo á esse progresso? Porque milagre teriamos prosperado, seriamos um povo rico, adeantado, forte e cheio de prestigio sem o emprego de *um só* d'aquelles meios aconselhados pela economia politica e existindo no nosso seio o cancro da esravidão?

Com effeito, o governo do Imperador não sómente nunca mandou construir estradas de rodagem—a primeira de todas as condições de prosperidade de um paiz que vive quasi exclusivamente da lavoura—nunca procurou seriamente resolver o problema da immigração e da colonisação, cuja solução nos traria um grande cabedal de intelligencia, de trabalhos e de industria; nunca organisou um plano de ensino profissional ou de educação nacional, como conservou até onde poudo conservar o elemento destruidor de todo progresso, o factor principal de nosso atrazo, da nossa pobreza, da nossa podridão moral, a ESCRAVIDÃO, fazendo d'esta criminosa instituição o mais activo collaborador de sua obra de destruição no interior, assim como fez da febre amarella, por intermedio das falas do throno, o seu principal meio de propaganda contra a immigração.

Eis ahi porque razão não temos prosperado. A culpa é toda da monarchia porque é do governo do Imperador, que não fez nada absolutamente do que devia ter feito para promover o bem-estar, o progresso e a felicidade da nação. E como é o Imperador que tem governado *exclusivamente* o paiz, segue-se que é elle o *unico* culpado.

VIII

E' nos meios empregados para encobrir a propria culpabilidade que o Imperador tem revelado a maior habilidade na arte de dissimular.

Fiel á sua tactica de não ter uma norma certa de conducta para não dar ao observador o fio que o póde

(*) « Por toda parte, diz Lamartine, o throno é o symbolo da immobibilidade pelo receio que se tem de cabir de tamanha altura. »

levar a descobrir-lhe os secretos designios, elle imita o capocira; avança, recua, pára, salta para a direita e salta para a esquerda; finge o contrario do que quer; dá habilmente a entender o que deseja que se faça; como o magico, elle não diz qual é a sorte que vai fazer; engana calado e por partes; interrompe a sua obra parecendo abandonal-a; deixa uma certa liberdade á sua victima, como o gato faz com o ratinho; toma quando lhe convém a « vez queixosa de Liberio » para dizer: « Sou só, não tenho quem me ajude! »; diz em tom paternal: « o senhor não me conhece »; pratica alternadamente o falso e o verdadeiro, o vicio e a virtude; ao passo que organisou um habilissimo systema para executar o seu plano politico, não adoptou systema algum para desenvolver as forças vivas da nação e encaminhal-a na senda do progresso e da civilisação; erra intencionalmente fingindo querer acertar; faz directamente e disfaz indirectamente; usa e abusa da maxima: « a esperanza desalma », mas principalmente da inercia, que é uma força immensa em politica; como Augusto, finge abnegação e desinteresse para melhor encobrir a sua ambição e o seu plano usurpador; emprega como aconselha Machiavel, uma rede de enganos, e só quando tudo isso não surte effeito é que applica o rigor e o ferro, mas sempre *disfarçadamente*.

E' por estes e outros meios que o Imperador tem procurado salvar as apparencias, illudir os necios e fornecer aos subservientes e comiventes argumentos para uma defesa eventual. São, porém, tantos os artificios empregados e ha já tantos annos que os emprega, que já não illudem senão aos jovens inexperientes e áquelles que querem ser illudidos. Comtudo, para que não se diga que declamo—embóra reservasse a citação dos factos para o livro que escrevi, o *Processo da monarchia*.—lembrarei desde já alguns d'esses artificios pelos quaes o Imperador tem procurado fazer erer que deseja sinceramente a solução dos mais importantes problemas ou a introduccão das mais necessarias reformas sociaes.

E' assim que, em materia de immigração e colonisação, por exemplo, o seu governo tem feito grandes despezas com a introduccão de colonos á tanto por cabeça; fundou uma repartição á que deu uma denominação pomposa— a Inspectoria geral de terras e colonisação—; comprou uma casa de agasalho para os colonos recém-chegados, fazendo com esta compra grande ruido e ostentação para attrahir a attenção do paiz; tem entretido uma correspondencia enorme tratando do assumpto: tudo isso alternado com as medidas mais apropriadas para impedir a resolução do

problema. E' assim que, para responder á accusação eventual de não ter mandado construir estradas de rodagem, que são as vias de comunicação de que mais precisamos, mandou construir mais estradas de ferro do que por ora precisamos (e isso mesmo sem um plano intelligente), mas cujas tarifas de transporte as tornam quasi inúteis e que estão longe de proporcionar-nos os beneficios desejados porque não temos população. E' assim que, para fazer crer no progresso que se liga a idéa do telegrapho electrico, mandou construir uma rede telegraphica sobre todo o Imperio, mas no fundo o seu fim era completar a centralisação administrativa por meio d'esse aperfeçoadissimo instrumento que liga todas as autoridades e agentes imperiaes espalhados na superficie do paiz á séde do seu governo central. E' assim que, se a febre amarella afugenta o estrangeiro, elle manda crear uma junta de hygiene, mas paga miseravelmente aos seus membros, não lhes dá attribuições efficazes para realisar o fim da sua criação, e remata esta obra sua dizendo quasi todos os annos nas fallas do throno (cujo conteúdo é a *única* noticia que o telegrapho transmite para a Europa além das mudanças de ministerio) « que a febre amarella ou tal epidemia appareceu ou continúa a flagelar o paiz » para assim impedir os emigrantes de virem para o Brazil. E' assim que, enquanto deixa as provincias quasi sem escolas e manda dar um ordenado ridiculo aos professores publicos, reduzindo-os até á 15\$000 por mez! — o que obrigava-os a demittir-se — como verifiquei nas colonias do Estado quando fui encarregado de inspecional-as na provincia do Espirito Santo, manda construir na côrte palacios que dêem na vista, e para mais attrahir a attenção sobre a origem d'esses estabelecimentos manda gravar-lhes nos frontespicios: *O governo ao povo*. E' assim que, enquanto condemna desapiedadamente uma nação inteira ao atrazo e á miseria, e abandona ao esquecimento, como se fossem instrumentos perigosos, os melhores servidores do Estado, e principalmente os que mais serviram á sua dynastia, por medo de dar-lhes prestigio e influencia, lembra á filha a criação de uma instituição que prepare-lhe a subida ao throno dando-lhe um rotulo vistoso e sonoro que por si só seja uma recommendação efficaz, a « Sociedade protectora da infancia *desamparada!* — como se no Brazil houvesse corações tão perversos capazes de deixar crianças no desamparo! Muito melhor seria que o seu governo creasse empresas uteis para dar trabalho aos profissionaes *desamparados* pelo Estado.



E' assim, finalmente, que, para fazer crer que elle deseja a abolição da escravidão, fez com que o ministerio Dantas apresentasse um projecto que satisfazia aos abolicionistas e mandou o genro telegraphar para o Rio-Grande do Sul « que empregassem na emancipação de escravos a somma destinada aos festejos que se preparavam para recebê-lo conjunctamente com a princeza imperial. »

Mas a verdade é que o Imperador sabia por diferentes manifestações já feitas, que o projecto Dantas seria repellido pela camara, como de facto aconteceu. Este primeiro triumpho conseguido, e sabendo elle perfeitamente que a nova lei eleitoral é toda favoravel aos proprietarios, isto é aos fazendeiros e outros possuidores de escravos, consentiu na dissolução da camara dos deputados, na esperança de ver os abolicionistas esmagados pelo numero. O paiz, porém, mandou para o parlamento uma maioria, ainda que fraca, favoravel ao ministerio. O que fazer então para impedir que o projecto ministerial se convertesse em lei? Só havia um meio: *demittir o ministerio*. Para este fim deixou o Imperador de sustentar efficazmente o Sr. Dantas e mandou-o dar batalha aos adversarios do seu projecto *antes de acabar-se a verificação dos poderes dos deputados, e quando já havia vertez a que a maioria dos deputados reconhecidos lhe era hostil*. Veio então o Sr. Saraiva, *indicado pelos chefes conservadores*, isto é pelos adversarios do projecto Dantas, e apresentou o « monstro » que vai ser lei do paiz.

Acrescente-se á estes exemplos a infinidade de meios que o Imperador tem para corromper os seus *subditos* ou enganar-os pelas apparencias, entre as quaes citarei as visitas diarias que elle faz ás escolas, fortalezas, quartéis e outros estabelecimentos publicos, fingindo interessar-se por sua prosperidade, e pela cousa publica, visitas que já são conhecidas como « chapas » e como taes já foram numeradas, e ter-se-ha uma idéa da *força* do monarcha brasileiro na arte de dissimular.

No *Processo da monarchia* verá o leitor que o fim secreto do Imperador visitando as escolas e assistindo aos exames da mocidade é descobrir quaes são os rapazes talentosos para mais tarde « cortar-lhes as azas ou pôr-lhes chumbo. »

Eu fui interno durante quatro annos da Escola Militar da Praia Vermelha, que o Imperador muito frequentava, e affirmo não somente que d'essas visitas nunca resultou o menor beneficio para a escola, como que o Imperador nunca propoz ou lembrou medida ou melhoramento algum.

IX

Se, agora, do interior levantamos os olhos para a vida externa da nação, o que vemos? Vemos igualmente a nossa fraqueza e falta de prestigio, sendo a nossa propria victoria sobre o Paraguay uma prova d'essa fraqueza pelo tempo immenso e os recursos enormes que tivemos de despende para, em companhia de duas nações alliadas (uma das quaes se julga capaz de medir as suas forças com as nossas), vencer uma republiqueta desconhecida e atrazadissima.

O estado lastimoso e humilhante do Brazil, debaixo de todos os pontos de vista, é pois o resultado de um plano friamente concebido e inexoravelmente executado pelo Sr. D. Pedro II, por estar elle persuadido, como já disse, que a riqueza e a independencia individual dos brazileiros seriam seguidas da verdadeira independencia politica da nação, isto é do advento da republica ou da queda do seu throno.

X

As consequencias naturaes e necessarias — perfeita-mente previstas pelo Imperador — da execução do plano imperialahi estão entrando pelos olhos do observador intelligente.

Toda a nação está prostada, submissa e fraca, aos pés do monarcha omnipotente. « Somos um miseravel rebanho de ovelhas! » exclamou no Senado ha poucos dias o Sr. Silveira Martins. « Somos escravos livres! » disse o anno atrazado o Sr. Ferreira Vianna na camara dos deputados. « Somos uma nação trahida e vilipendiada! » exclamou tambem ha poucos dias do alto da tribuna parlamentar o Sr. Amaro Bezerra, acrescentando: « Tudo está baralhado, rebaixado, prostituido! »

Tudo isso é verdade.

Quem não pede o pão do emprego publico ao Imperador (elle bem sabia que oppondo-se ao desenvolvimento da riqueza nacional e ao progresso do paiz obrigava os seus subditos a viverem de empregos publicos) quem não lhe pede o pão, digo, o teme ou deseja viver nas suas boas graças na esperanza de usufruir as vantagens do poder.

Em um paiz de pobres como é o Brazil, elle corrompe os poucos que têm meios certos de subsistencia e que adquiriram uma certa independencia dando-lhes titulos e honras (!) A todos os outros, por mais elevada que seja a posição que

lhes deu, trata-os com desprezo. Era este o systema de Tiberio, que foi temido e respeitado até a morte. Os ministros são os seus mais doces instrumentos. Se o ministro é simples deputado é o mais ductil que se pôde imaginar porque tem um extenso caminho a percorrer; elle quer a protecção do ministerio seguinte, isto é, do novo instrumento imperial, para ser reeleito, quer ser senador, conselheiro d'Estado, tornar a ser ministro ou mesmo obter um simples emprego para ir vivendo depois de sahir do ministerio. Se o ministro já é senador, quer ser conselheiro d'Estado, presidente do conselho, etc. E assim por diante.

Todo o politico depende d'elle e quer estar bem com elle. Elle sabe d'isso, e por isso vae fazendo d'elles o que quer. « Os ministros só fazem o que o Imperador quêr, » disse o Sr. Silveira Martins poucos mezes depois de ter sido ministro. Quando é um presidente do conselho com fumacas de independente, elle vae-lhe dando palha até julgar chogada a occasião de atiral-o na valla commum para castigar-o da presumpção.

Pódem dizer o que quizerem; digam embora que « precisamos de mudar de Imperador; » lembrem, se quizerem, que Frederico e outros monarchas superiores « morreram sem terem tido um lamento ou uma lagrima; » que o povo manifestou uma « alegria indecente » por occasião dos funeraes de tal ou tal principe ou princeza que engrandeceu e fez prosperar o *seu* povo. O Imperador do Brazil pouco se importa com o que possa acontecer-lhe depois de morto; o que elle quer é dominar enquanto vivo; o mesmo pensarão os seus successores. Além d'isso a ingratição dos povos, mesmo para com os seus grandes reis, é um estímulo de mais para o Imperador perseverar no seu systema de preferir o temor ao amor do *seu* povo. Elle dirá á sua filha, ou ao seu genro francez, em relação ao povo brazileiro a mesma cousa que Augusto disse dos romanos em carta a Tiberio: « Deixe-os dizer o que quizerem, basta que não nos possam fazer mal. »

Póde a nação real dizer-lhe em côro o que a nação official lhe disse na sessão de 31 de Julho de 1883: *Reinado da mentira, da perfidia, da prepotencia, da usurpação, da conspiração!* — que nem por isso elle deixará de divertir-se nos theatros e bailes do Cassino, aqui na Côrte, e de *jogar o entrudo* em Petropolis.

A nação ha de atural-o quer queira, quer não queira; e se fizer a menor tentativa de querer sacudir o jugo, será desapiedadamente esmagada. E' isto da natureza da monarchia, e só os nescios pódem ignoral-o. Os proprios

deputados constituintes foram expulsos do sanctuario nacional pelos canhões de D. Pedro I; porque razão o filho não faria a mesma cousa aos senadores e aos membros da « camara de pedintes » se tanto fosse necessario para a conservação do throno? A' este proposito perguntarei: Quem é o culpado, aquelle que é *obrigado a pedir* para não morrer de fome, ou aquelle que o obrigou a pedir pelas condições a que reduziu o paiz? Victor Hugo responde dizendo: *a tentação e o soffrimento pôdem mais do que a VIRTUDE*. O culpado é, pois, quem impõe o soffrimento ou emprega a sua omnipotencia para seduzir os necessitados e vaidosos.

Todos estão convencidos que, em caso de divergencia, conflicto ou luta, o Imperador será o vencedor porque é o mais forte; e por isso vão supportando tudo de « cara alegre »; e, fingindo que não o conhecem, nem que vêem o estado do paiz, vão até o ponto de dizerem: *E' a melhor cousa que tentos*. E somente assim que podem evitar a entrada para o *Livro Negro* imperial, que é peor do que o inferno do Dante.

Como elle não deve rir-se ao ler os discursos dos politicos ingenuos, as basofias de certos ex-ministros ou dos ministros em exercicio que fallam da « coragem de suas convicções » ou que dizem: « eu não me sentaria um só instante n'esta cadeira (a de ministro) se não o podesse fazer com dignidade! » Elle sabe que o ministro é tanto mais activo *cô fora*, quanto mais servil é *lá dentro* do Paço.

XI

A verdade é que pôde ser ministro quem quizer, o resultado da administração será sempre o mesmo e segundo o que o Imperador resolveu que fosse desde a nomeação do ministerio.

Ministerios ha que apresentam um programma seductor, como, por exemplo: *reforma ou revolução*; isto é, promettem já com o pensamento occulto de não cumprirem cousa alguma; outros prometttem e dão um principio de execução, deixando que os projectos de lei fiquem archivados na camara onde nasceu, ou na outra; os ha que não prometttem cousa alguma ou que prometttem vagamente dizendo « que o programma do ministerio é o do seu partido » como se os partidos entre nós tivessem programma! E os nescios a acreditarem sempre que as cousas vão melhorar com a mudança dos ministros quando a *alma* do ministerio é permanente!!

A verdade é que enquanto reinar o Sr. D. Pedro II nenhum ministério tomará sinceramente a iniciativa em medidas de utilidade geral para o paiz, porque sabe que o Imperador considera todas as medidas d'esta natureza como contrarias á conservação da monarchia. E' por esta razão, por exemplo, que nenhum ministério resolverá jamais o problema da immigração, ou iniciará seriamente a construcção de uma rêde de boas estradas de rodagem, etc. Pretextos não hão de faltar para não fazer-se uma ou outra cousa. Vejam o que está acontecendo com a questão da escravidão! Queira, porém, o ministério realmente introduzir chins no paiz, isto é, substituir a escravidão negra pela amarella, e verão os brazileiros como a cousa se faz com presteza.

A verdade é que pôde a iniciativa particular propôr as reformas ou ós melhoramentos que quizer: ou o governo não os aceita, sob um pretexto qualquer, ou os aceita com má fé e o firme proposito de sophismal-os na pratica ou de dar-lhes uma execução *intencionalmente erronea*.

A verdade é, em resumo, que o Brazil é uma immensa fazenda que está sendo explorada ha perto de quatro seculos pela dynastia bragantina e que esta fazenda pertence hoje ao Sr. D. Pedro II, o qual, para mais seguramente conservar esta bellissima e riquissima propriedade, consente em deixal-a administrar, mas debaixo de certas condições e da mais rigorosa fiscalisação, por certos feitores, que são os chefes dos partidos politicos; (*) de modo que se pôde dizer que o Brazil é explorado por uma olygarchia composta da familia imperial e das familias dos chefes politicos.

O Sr. Conde d'Eu, genró do Imperador, especula com cortiços, isto é, com a pobreza, pede ao governo privilegios de mineração por intermedio de seu mordomo e manda preparar, para dar-lhes maior valor, *á custa do Estado*, as terras que recebeu em dote de sua mulher. Deposita nos bancos europeus ou em titulos estrangeiros a dotação que recebe annualmente dos cofres do Brazil, e para tornar a vida mais agradável deixa frequentemente este paiz de botocudos, como chamam na Europa o Brazil, para ir gastar em Pariz (onde faz estações de cerca de

(*) Estas condições são algumas vezes expressas, mas geralmente estão subentendidas, como, por exemplo, não fazerem nada sem primeiro pedirem licença. O fim secreto que anima o Imperador quando nomea os seus ministros é obrigar-os a dizer ou a fazer no governo o contrario do que disseram ou fizeram na opposição. E este o meio mais effcaz para desmoralisal-os. E quando resistem, são inexoravelmente « aliçados » correndo o risco de entrarem para o *Livro Negro*.

quatro annos de uma só vez) o dinheiro que lhe dão esses botocudos. Todos os principes da casa imperial vivem em Paris, «a cidade dos prazeres», divertindo-se com o dinheiro mandado, ou já dado pelos referidos botocudos.

O Sr. Duque de Saxe, outro genro do Imperador, recebe annualmente d'esses botocudos nada menos de 75:000\$ só porque foi casado com uma princeza brasileira, e gasta-os na cidade dos prazeres.

A lei manda que elle resida no imperio, mas o sogro illude esta lei, como tem illudido todas as outras leis do paiz, dando-lhe licenças successivas desde 1871. Ultimamente, o principe, que vem de quatro em quatro annos fazer acto de presença no Brazil, para mostrar que ainda tem direito aos 75:000\$ annuaes, voltando para a Europa invariavelmente pelo mesmo vapor em que veio; ultimamente, digo, pretendendo elle receber o capital correspondente áquella renda annual, afim de, provavelmente, não ter mais o trabalho de vir ao Brazil por alguns dias, mas encontrando certa resistencia e tendo conhecimento da opposição da camara dos deputados, retirou-se zangado e diz a quem quer ouvir na Europa «que não voltará mais ao Brazil» e que os deputados brasileiros são uns *moleques*. (Esta offensa á nação, que dá a elle e aos filhos mais de 100:000\$ annualmente poderá parecer inverosimil pela gravidade do insulto, e por isso não seria para admirar que esta revelação fosse desmentida; mas eu juro perante Deus em como a ouvi de pessoa altamente fidedigna).

Quanto aos genros ou genrotes, filhos ou filhotes dos chefes dos partidos, elles monopolisaram as sinecuras, as posições elevadas, a advocacia administrativa; são nomeados ministro ou presidente de provincia e até da camara dos deputados como se nomêa um chefe de secção de uma secretaria de Estado, isto é, por *empenho*; procuram casamentos ricos e divertem-se quanto podem á sombra da familia imperial ou da outra parte da firma social, os chefes de partido.

Qual é o brasileiro, por maior que seja o seu merecimento, por mais relevantes que sejam os serviços que já tenha prestado á sua patria e possa ainda prestar-lhe, que póde concorrer para um cargo publico com um parente ou protegido dos chefes dos nossos partidos politicos, por mais ignorante e incapaz que elle seja, além de nunca ter prestado serviço de qualidade alguma ao Estado? O proprio concurso não é uma garantia desde que o governo póde escolher o ultimo classificado, até mesmo entre os não classificados ou indigitados pela congregação ou junta

examinadora, ou desde que o póde annullar sob um pretexto qualquer. Qual é o juiz que está tranquillo na sua cadeira desde a aposentadoria forçada dos quatro desembargadores e da obrigação imposta, para demittir-se, ao presidente do supremo tribunal de justiça em 1864? Qual é o cidadão que está isento de soffrer vexames, máos tratos, a prisão preventiva, ou mesmo de desaparecer mysteriosamente como aconteceu a muitos dos nossos concidadãos em novembro do anno passado, por exemplo Castro Malta, que a voz geral declara ter sido assassinado pela policia, sem que entretanto nenhum dos culpados tivesse sido punido? Quem é que póde contar com a protecção da auctoridade depois do assassinato, que ficou impune, de Apulcho de Castro em pleno dia e á vista do chefe de policia e do ministerio que, covarde e criminosamente, negou á victima a protecção que pedia?

Não ha garantias; a liberdade que temos é a de fazer tudo aquillo que não desagrade á auctoridade, principalmente á dynastia. E' a mesma liberdade que existe na Russia, na Turquia ou no Paraguay, com a differença de que n'aquelles paizes podem os delinquentes soffrer a morte physica ou o desterro para as longinquas possessões da corôa ou do Estado, ao passo que no Brazil, onde a astucia substitue a violencia — « a astucia (diz Caro, o sabio da Academia Franceza) é mais mortifera do que a violencia » — elles são desterrados na propria patria, isto é, condemnados ao ostracismo e ao esquecimento, ou, como diz Tocqueville, tratados como estrangeiros. A liberdade de imprensa em um paiz onde todos dependem do governo, e a imprensa é cara, é como se não existisse; e quanto á licença, esta póde manifestar-se impunemente porque é a valvula de salvacão do absolutismo. E' esta uma das razões porque o Imperador preferiu, como é publico e notorio, demittir dous chefes de policia a consentir que elles possessem um termo ou limites á linguagem e ao procedimento infame do antigo *Corsario*.

Ahi ficam patentes os pensamentos capitaes do plano politico do Imperador e esboçados os principios caracteristicos da politica imperial.

XII

Essa politica criminosa e os seus funestos effeitos acabaram por despertar uma indignação patriotica, tanto aqui

na capital como nas provincias. Um grande numero de jornaes e clubs republicanos têm-se fundado aqui e no interior, e já tres deputados geraes foram eleitos por suas idéas republicanas afim de sustental-as livremente no seio do parlamento nacional.

De todos os symptomas, porém, de patriótica indignação contra a politica imperial o mais significativo e animador foi a declaração que no senado fez o Sr. Silveira Lobo, ex-ministro do Imperador, ex-chefe do partido liberal e seguramente um dos mais puros caracteres da moderna geração politica do Brazil. Esta declaração foi que « a monarchia já não pôde fazer a felicidade do povo brasileiro e que, por isso, elle adoptava as idéas republicanas. » Que bello exemplo de patriotismo e de abnegação deu elle assim aos seus concidadãos!

Já antes da eleição dos tres deputados republicanos e na mesma occasião em que o Sr. Silveira Lobo fazia a sua profissão de fé republicana, o Sr. Ferreira Vianna, na camara dos deputados, depois de ter qualificado o reinado e a politica do Imperador como já deixei dito, convencido de que só a revolução podia oppôr um limite á traição do monarcha, não hesitou em exhortar os seus concidadãos a fazer n'este sentido um esforço commum, exclamando: « Liberaes e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidos em redor do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo de uma omnipotencia usurpadora e illegal, que tem estragado todas as forças vivas da nação, e que não posso representar melhor do que dizendo: ella é o *deficit* e o *deficit* é ella! »

A politica do Sr. D. Pedro II, que tanta animadversão tem despertado na nação, revoltou a propria Providencia, essa mesma Providencia que o Imperador do Brazil tanto tem invocado nas suas fallas do throno, á semelhança de *Tartufo* ou o *falso devoto*, na immortal comedia de Molière, afim de melhor enganar a sua victima.

Sim, essa Divindade decretou por sua vez a sentença que merecia o homem que correspondeu com o perjuro, isto é com a traição e com a morte lenta de uma nação inteira á confiança e ás esperanças d'essa nação que o havia acolhido, criança, nos seus braços e lhe dava um imperio que o pai não podera conservar.

Indignada por tão hediondo crime, a Providencia puniu o seu autor estampando-lhe na cara, em caracteres indeleveis, o nome e a natureza do crime e o modo porque o tem executado.

Com effeito, todos sabem— e quem ainda não o sabe

póde verificá-lo—que o perfil da cabeça do Imperador representa perfeitamente a forma de uma castanha de cajú. (*)

Pois bem, com estas palavras

Castanha de cajú

se póde fazer em francez o seguinte anagramma :

Juda Satan cachê

que quer dizer Judas, Satanaz encoberto (ou hypocrita).

O anagramma é tão perfeito que nem se quer o accento agudo do *ú* da palavra cajú faltou para pôr o verbo francez no participio. Segundo, pois, a propria Providencia o Sr. D. Pedro II é um *Judas* ou trahidor (de facto elle perjurou as leis da patria usurpando os outros poderes, e é n'isto que consiste o *governo pessoal*); é um *Satanaz* (de facto empregou os meios mais satanicos para impedir o progresso da nação e tudo « baralhar, rebaixar e prostituir »); e fez tudo isso de uma maneira *encoberta* (de facto, a dissimulação ou hypocrisia tem sido o seu primeiro elemento de governo).

XIII

Eis ahí a triste e deploravel condição á que o Sr. D. Pedro II reduziu o Brazil. E', porventura, esta a situação que deviamos esperar para um paiz como o nosso que tem todas as condições para ser rico, prospero, feliz e respeitado? que podia ser no hemispherio sul o igual do que é a União Americana no hemispherio norte? Qual é o brasileiro que, tendo a consciencia de sua dignidade, não se revolta contra aquelles que produziram o atrazo de sua patria e a mantêm calculadamente na miseria e na sujeição? Não haverá meio de sacudir o jugo hypocrita e aviltante que nos opprime e envergonha perante o estrangeiro e a propria consciencia? ou ao menos de oppôr uma resistencia efficaz aos excessos do imperante e ao servilismo dos seus ministros? á trahição de todos elles para com a nação?

Sendo o Imperador o maior culpado, é contra a sua acção nociva que devemos principalmente procurar um remedio.

(*) Todos ou quasi todos os jornaes illustrados do paiz já fizeram a caricatura do Imperador representando-lhe a cabeça por meio da forma d'aquella castanha.

Montesquieu disse, e Washington o confirmou na sua celebre mensagem de despedida: « Uma experiencia eterna mostra que o homem investido do poder vae até onde encontra limites ou uma barreira. » Por conseguinte, segundo a sabedoria e a experiencia encarnadas n'aquelles dous grandes vultos da humanidade, é preciso impôr limites á vontade do Sr. D. Pedro II e levantar uma barreira insuperavel contra os seus planos criminosos. Ora, o unico meio que a sciencia do governo ensina para traçar limites ao *primeiro e mais elevado* representante da soberania nacional é a convocação de uma assemblea constituinte, que é a mais elevada expressão d'essa soberania ou a propria nação reunida pelo unico meio que é possivel reunil-a para deliberar e dictar a sua vontade. E', pois, da maior e da mais palpitante necessidade promover a convocação d'essa assemblea omnipotente que é o unico poder superior ao do Imperador.

A reunião de uma constituinte é tanto mais necessaria quanto é defeituosa a constituição que nos outorgou o pae do Imperador, o qual já a fez com a reserva mental de servir ella de poderoso instrumento, nas mãos de seu filho, em favor de sua dynastia.

Ahi está uma longa experiencia entre nós, assim como entre todos os povos, mostrando que o regimen parlamentar quando posto em pratica por uma testa coròada, isto é um homem que tem o maior interesse em perpetuar na sua familia a propriedade de um Estado, que é o maior thesouro que se póde dar a um mortal, é uma perfeita burla e que só é defendido pelos nescios ou pelos que tiram vantagens d'este regimen em que os destinos de um povo inteiro dependem dos caprichos de uma só pessoa.

Basta dizer que o meio apregoado pelos inventores do systema como sufficientemente efficaz para tornar uma verdade o governo da nação pela nação, isto é a *responsabilidade ministerial*, é absolutamente inutil quando o soberano quer governar só e exclusivamente. Os Americanos, que são um povo pratico e que realisaram o maior progresso que se conhece hoje, não a têm, a tal responsabilidade ministerial. A Inglaterra a tem, mas não fiou-se sòmente na sua efficacia; por isso collocou ao lado dos ministros responsaveis um parlamento constituinte ou omnipotente, que pode, no dia que lhe parecer conveniente, mandar o soberano *passoar*, como dizem os Francezes, para não dizer « plantar batatas » como se diz entre nós. Ainda assim, muitos soberanos têm feito alli o que tem querido ao ponto de obrigar o parlamento a cortar a cabeça de um d'elles e a expulsar outros.

Se isto tem acontecido na propria Inglaterra, como admirar do que se passa entre nós? Se a responsabilidade ministerial é a uma burla mesmo nos paizes onde existe na constituição o complemento necessario d'esta disposição, isto é, a prohibição imposta ao soberano de perdoar ou commutar as penas pronunciadas contra os ministros, como não ha de sê-lo no Brazil onde semelhante prohibição não existe?

Esta só consideração bastaria para provar que o pae do Imperador, quando dissolveu pela violencia a assembléa reunida para constituir o paiz e tomou o partido de fazer elle mesmo a lei fundamental da nação, o fez para poder dar á seu filho os meios infalliveis de manter o seu throno; mas D. Pedro I era um homem providente, e por isso deu-lhe mais todos aquelles poderes ou attribuições immensas que constituem o poder *moderador* (!) e foi bastante cynico para declarar expressamente que « o poder moderador (deve chamar-se *poder oppressor*) é a CHAVE de toda a organização politica da nação! » Isto é todo o Brazil depende do monarcha!

XIV

As considerações que precedem mostram a absoluta necessidade que ha de reformar-se a nossa constituição, tanto mais quanto a *experiencia* que temos feito prova que sem a *barreira* de que falla Montesquieu o Sr. D. Pedro II e seus successores continuarão tranquillamente a sua obra de consolidação monarchica com prejuizo da nação. Mas como conseguir a convocação de uma assembléa constituinte sem o assentimento do Sr. D. Pedro II, que, com certeza o negará, se fôr pedido, ou empregará a sua omnipotencia para evitar que se faça o pedido regular e legalmente? E' para estas occasiões que elle guarda o *seu* senado conservador e o *seu* conselho de Estado. Esta difficuldade é, ao meu vêr, invencivel no estado de abatimento moral em que se acha o paiz.

Restaria a revolução, como a aconselhou o Sr. Ferreira Vianna na camara dos deputados. Mas ahí está a historia para provar que as revoluções só vingam quando iniciadas pelo exercito ou quando vêm de uma brusca explosão da colera nacional. O Imperador sabe-o perfeitamente, e por isso não hesitou em ir aos quartéis adular a tropa — essa mesma tropa que elle chama na intimidade *massa bruta* — no dia immediato áquelle em que algumas dezenas

de militares mostraram-lhe que pódem, quando quizerem, tomar o caminho de S. Christovão assim como tomaram o da repartição da policia para, em pleno dia e á vista do governo que estava deliberando, executar a justa sentença que haviam lavrado contra o demolidor da honra militar e das familias, o redactor do *Corsario*.

Não sendo provavel, por emquanto, este acto de patriotismo da parte do exercito em cujas fileiras eu tive a honra de servir durante doze annos e de verter o meu sangue no campo de batalha, d'esse exercito que só ganhou alguma consideração aos olhos do Sr. D. Pedro II depois da execução da sentença contra o redactor do *Corsario* e agora que elle está em vespervas de abdicar, aconselhando, por isso, á filha a assistir ás festas militares e a dar bailes á officialidade da guarnição da Côrte, só resta a *brusca explosão da colera nacional*.

Desde a expulsão dos reis de Roma pelo rapto de Lucrecia, desde as *Vesperas sicilianas*, originadas no attentado de um soldado do tyranno contra uma moça do povo, até os tempos mais modernos, por toda a parte as explosões da colera nacional fôram sempre coroadas do mais feliz exito, salvos os rarissimos casos dos paizes em que domina o despotismo militar.

Um simples acaso, que pôde até ser provocado involuntariamente pelo proprio chefe do Estado ou algum membro de sua familia, pôde servir de centelha para dar lugar á abençoada explosão. A revolução belga, em 1830, arrebentou durante a representação da *Muda de Portici* no momento em que se cantava o dueto *O amor sagrado da patria* onde se diz: « Á minha patria eu devo a vida, á mim ella deverá a liberdade! » Ao ouvirem este juramento sublime, a indignação latente contra o jugo hollandez fez explosão entre os espectadores electrizados; em seguida communicou-se á cidade, estendeu-se pelo paiz e produziu a independencia da nacionalidade belga.

A eventualidade de uma brusca explosão da colera nacional é a unica cousa que pôde metter medo aos tyrannos, (*) porque é a unica acção que elles não pódem

(*) Não acho fóra de proposito chamar aqui a attenção dos ignorantes (que supõem que é tyranno sómente o soberano que manda matar ou torturar os seus subditos) para a definição que dá Aulete no seu dicionario de portuguez. « Tyranno, diz elle, é quem *usurpa* o poder soberano em um Estado; é um soberano injusto e cruel que colloca a sua vontade e a sua auctoridade acima das leis e da justiça. » D'aqui se conclue uma d'estas duas cousas: ou o governo pessoal não existe entre nós ou, se existe, o Sr. D. Pedro II é um tyranno.

prever, nem dominar na occasião, mesmo porque a tropa faz quasi sempre causa commum com o povo opprimido que se levanta. O medo é, com effeito, o segredo dos tyrannos, dos máos e perversos ou de todos aquelles que têm uma consciencia culpada.

Elles pôdem não temer ninguem, nem cousa alguma enquanto julgam que os seus crimes estão encobertos, enquanto acreditam que são os mais fortes, em uma palavra enquanto contam com a impunidade. Mas no dia em que são desmascarados, no dia em que vêem exhibidos em publico os artificios e as armas com que enganaram e immolaram as suas victimas, n'esse dia elles principiam a tremer como os mais vulgares scelerados, porque, no fim de contas, apesar da corôa, dos papos de tucano ou da purpura que os enfeita, elles são feitos da mesma massa que os malfeitores da mais baixa condição social.

Elles pôdem fingir que não têm medo—e é o que todos elles fazem—mas no fundo estão acovardados e temem como todo criminoso que se vê descoberto. E' uma lei natural á que obedece o organismo humano, e que não pôde ser sophismada como as leis escriptas e feitas por elles mesmos, por seus paes, ou por suas creaturas.

Mas como fazer-lhes crer na possibilidade de uma explosão da colera nacional, como metter medo a quem, como o Imperador do Brazil, trata com o maior desprezo os homens mais altamente collocados, aos representantes da nação e até a propria nação? Só ha um meio: *a mina da indignação nacional*. Esta mina é um vulcão. Para preparal-a sem o menor perigo, pacifica e até legalmente, um só instrumento basta, o *jornal diario*.

XV

Este jornal, ameaçando diariamente o Imperador com a colera nacional, seria a barreira de que falla Montesquieu, e, repito, o unico meio efficaç, pacifico, legal e sem perigo para a massa dos brazileiros, de impedir o Imperador ou os seus successores de continuar a sua obra criminosa. Mas para que este jornal seja capaz de produzir tão beneficos resultados é preciso que elle satisfaça a certas condições especiaes; deve ser um jornal fóra do commum. Este character excepcional e as condições á que acabo de alludir dependem essencialmente das qualidades do seu director e redactor principal? Semelhante jornal deve ser redigido por quem conheça profundamente

os nossos homens e as nossas cousas; por quem tenha um conhecimento exacto da situação do paiz e das suas mais urgentes necessidades e reformas; por quem conheça até em seus ultimos detalhes a natureza do governo monarchico e com particularidade as condições de vida da monarchia brasileira; por quem conheça a fundo o systema politico que o Sr. D. Pedro II erceou e que, com certeza, será transmittido aos seus successores; por quem conheça as manhas e os manejos do autor d'esse systema que chamarei a *politica imperial* ou *mephistophelica*; por quem tenha a coragem de desvendar ao paiz todos os segredos d'essa politica e dizer-lhe toda a verdade sem a menor consideração com quem quer que seja; por quem não tenha outras aspirações politicas que não a gloria de ser dos seus concidadãos « o ministro da verdade », gloria real e infinitamente preferivel á ser simples amanuense ou instrumento mais ou menos consciante por alguns mezes do Sr. D. Pedro II; finalmente por quem jure no altar da patria, perante Deus e os homens de não aceitar cargo algum dado pelo governo imperial.

Um jornal assim redigido, que torne palpavel a existencia do plano concebido pelo Imperador de oppôr-se ao progresso do paiz, que prove a impossibilidade em que está a nação de reagir contra a execução d'esse plano; que faça diariamente, por assim dizer, a photographia moral do Imperador; que prove de uma maneira irrefutavel e com *factos* que o Imperador sabe melhor do que ninguem o que convém fazer para o bem e o progresso do paiz, mas que *não quer* fazel-o, nem consente que outros o façam; que explique todos os actos do governo imperial pelos principios que servem de base ao plano e á politica do Imperador; que revele e commente quotidianamente perante a nação os attentados contra ella commettidos por seus governantes; que mostre os meios hypocritas e os artificios infames por que esses attentados são executados sob a capa do bem publico; que demonstre que é a certeza da impunidade que os impelle até o cynismo; que desperte todos os dias uma certa dóse, por pequena que seja, da *indignação nacional* pela exhibição dastorpezas e dos crimes dos homens que nos governam: um jornal n'estas condições, ou será supprimido, violenta ou hypocritamente, pelos autores d'essas torpezas e d'esses crimes, ou acabará por metter medo ao Sr. D. Pedro II e aos seus successores. *E' sómente d'esse medo que póde vir a nossa salvação.* Por que no dia em que o Imperador começar a temer uma brusca explosão da colera nacional, n'esse dia elle mudará de direcção e começará

a ser um soberano como manda a constituição — ainda que esta dê-lhe muito mais poderes do que devia dar ao chefe de um paiz destinado a governar-se por si mesmo — em vez de ser um despota egoista, um hypocrita sem entranhas como tem sido até hoje. N'esse dia *poderá* começar a regeneração da patria porque os ministros *poderão* começar a tomar sinceramente a iniciativa em medidas e reformas de utilidade real para o paiz ou *poderão* aceitar com lealdade e sem espirito de chicana ou pensamentos occultos as que lhes forem propostas pela iniciativa particular.

A partir d'esse dia póde tornar-se *provavel* a solução do problema da immigração com a qual virão as estradas de rodagem, a cessação da escravidão, a instrucção e a educação do povo, o espirito de emprezas uteis, o desenvolvimento da actividade nacional em todos os sentidos, resultando de tudo isso para os brazileiros a riqueza, o bem estar, a consciencia de sua dignidade pessoal. Só então seremos realmente cidadãos; até lá seremos *subditos* ou escravos livres obrigados a pedir ao amo o pão quotídiano.

XVI

As cousas se passarão assim na realidade? Eu mesmo não ousou affirmar-o porque conheço sufficientemente o coração humano para saber que um homem, sobretudo na idade em que já está o Imperador, com os meios e a habilidade que elle tem para resistir á uma pressão estranha e continuar a illudir o paiz, e que deve estar intimamente convencido que a sua politica apodreceu todos os caracteres, difficilmente se resolve a mudar inteiramente de conducta, principalmente se esta mudança lhe parece contraria aos seus interesses além de ferir-lhe o amor-próprio. Se entretanto tenho alguma esperanza e por isso digo que a nossa regeneração *poderá* começar, é unicamente porque o verdadeiro interesse individual do Imperador — esse interesse que, como diz o grande economista Joseph Garnier, «*preside á conservação do individuo e da sua familia*» — deve actuar poderosamente sobre o seu espirito. E quem sabe se, por esta ou aquella razão, elle não quererá provar aos seus futuros observadores que não ha um vislumbre de verdade nem na minha affirmacão da existencia d'esse plano politico contrario aos interesses da nação, nem na sentença que, pela bocca do Sr. Ferreira Vianna, pronunciou a camara dos deputados na sessão de 31 de julho do anno atrasado, nem no juizo que a Providencia escreveu-lhe na cara?

Como quer que seja, as probabilidades são todas em favor de uma mudança de direcção para o melhor, e por esta razão pergunto: não valerá a pena fazer o ensaio?

Pois bem; foi para fazer este ensaio que resolvi fundar um jornal nas condições que descrevi acima, e foi para poder realizar com toda a segurança essas condições, sem as quaes o jornal não passaria de uma folha mais ou menos noticiosa, mais ou menos opposicionista, mais ou menos pessimista, mais ou menos como as outras á cujas redacções não faltam, aliás, nem patriotismo, nem illustração, nem uma certa coragem e independencia, que me tenho preparado ha cerca de oito annos e que adiei a execução do meu projecto até a occasião em que podesse offerecer aos meus concidadãos garantias serias e irrecusaveis do fiel cumprimento de minhas promessas. Deus ajudou-me, e eu não hesito um só instante em reprehender o desempenho de uma tarefa que considero o mais sagrado dos deveres de que um homem póde desempenhar-se para com os seus concidadãos, para com a sua patria, a humanidade e Deos, e menos ainda hesito em prestar aqui publica e solemne-mente o juramento de fidelidade á promessa de não aceitar cargo algum do governo do Imperador.

A prova de minha preparação no sentido que acabo de indicar encontrará o leitor no *Processo da monarchia brasileira*, a que já me tenho referido. E' um livro bastante volumoso porque tratando-se de um dos grandes da terra, em relação aos quaes as mais infames e execrandas acções são apenas *peccados* ao passo que quando se trata dos pequenos mortaes ellas são qualificadas de *crimes*, como diz Alexandre Dumas, entendi que devia accumular o maior numero de provas possivel, sobretudo de *factos*.

Eu pretendo publicar essa obra nas columnas do jornal que vou fundar. Encontrarei da parte dos meus concidadãos a necessaria animação para perseverar até o fim no meu patriótico empenho?

Não é que eu duvide da necessidade por todos sentida de um órgão de publicidade que sirva de poderosa alavanca contra a politica anti-nacional e anti-americana seguida pelo Imperador; mas considero tão funda a podridão moral da nação produzida por essa politica; é tão pesado o lethargó em que o narcotico de S. Christovão prostrou os homens d'este paiz; é tal a dependencia dos brasileiros d'essa « omnipotencia usurpadora que estragou todas as forças vivas da nação »; é tal o medo que inspira o executor implacavel da politica que tem por base a maxima « *podem odiar comtanto que tenham medo* » que não seria impossivel

que aos detractores officiaes e assalariados, que naturalmente hão de dizer de mim tudo o que lhes vier ou lhes suggerirem á imaginação, viesse ajuntar-se o indifferentismo da nação, onde, com razão, disse o illustrado Dr. Castro Lopes «ha mais eleitores do que leitores». (*) E' por causa d'esta eventualidade que declaro aqui que se eu não encontrar da parte dos meus concidadãos a indispensavel coadjuvação para continuar a publicar o meu jornal, cessará a sua publicação no dia immediato ad da conclusão da transcripção do *Processo da Monarchia*, convencido de haver cumprido o mais patriotico dever para com a minha patria, embora entristecido por haver verificado praticamente de estar ella tão apodrecida que nem mesmo galvanizada pôde ser. Se, porém eu receber a desejada e indispensavel animação para realisar o meu idéal, então só terei motivos para caprichar em bem corresponder á confiança com que me houverem honrado, porque além da gloria que vem d'esta confiança, ha a satisfação de um bem entendido interesse, o que só pôde augmentar a minha independenciá e liberdade de acção em face do inimigo commum.

XVI

O jornal se chamará *O Constituinte*. Além das secções noticiosa, litteraria, de critica, de annuncios, etc., o seu programma se dividirá em cinco partes fundamentaes.

A primeira, que justifica o titulo escolhido para o jornal, terá por objectivo principal a agitação dos espiritos em favor da reunião de uma assembléa constituinte.

Para este fim se demonstrará aos patriotas eminentes de todos os partidos e aos nossos homens superiores em geral a necessidade que ha de agruparem-se ao redor da bandeira do Brazil para formarem o nucleo do *partido constituinte*, isto é d'aquelle que deve dirigir a agitação á que acabo de referir-me. Em quanto não formar-se o nucleo d'este partido, tomará o *Constituinte* sobre si a tarefa que os seus fundadores tinham reservado para esse grupo de homens capazes de inspirar a necessaria confiança ao publico.

A segunda parte do programma do jornal será exclusivamente historica. Esta parte comprehenderá: 1º a historia politica do Brazil; 2º, a *segunda* historia do Sr. D.

(*) Enquanto os que me atacarem conservarem o anonymo hei de deixal-o ladrar em todos os tons.

Pedro II; 3º, a transcrição: a) do *Processo da monarchia brasileira*; b) das *Recordações* (uma especie de aucto-biographia por onde o leitor verá melhor como fiquei conhecendo de perto o Imperador e o seu genro o Conde d'Eu; c) das obras do Dr. Mello Moraes (pai) sobre o Brazil, e de de outros auctores nacionaes ou estrangeiros que possam instruir-nos, taes como, por exemplo, *O Príncipe*, de Machiavel, *O Libello do Povo*, por Salles Torres Homem, *A Conferencia dos Divinos*, etc. Todas estas transcripções serão devidamente commentadas.

A terceira parte constará da analyse e explicação da politica imperial applicada aos actos quotidianos dos ministros, isto é, da discussão dos factos politicos diarios.

A quarta parte será doutrinaria, resumidamente e em linguagem ao alcance de todas as intelligencias, e versará sobre os principios da democracia pura, o direito publico em geral, a nossa constituição, etc.

A quinta parte, finalmente, será essencialmente industrial. N'esta parte o jornal servirá de organ das emprezas de interesse geral, quaesquer que sejam os seus iniciadores comtanto que tenham as necessarias condições de idoneidade e se recommendem por suas qualidades Moraes; elle servirá de ponto de apoio aos projectos uteis emanados do governo ou das camaras; indicará ao publico ou proporá ao governo medidas e emprehendimentos de vantagens immediatas e certas para o paiz. Entre estes emprehendimentos occuppa o *primeiro lugar* o problema da immigração e colonisação cuja solução se basêa, como já disse, na realisacão de certas reformas absolutamente indispensaveis, taes como a completa extincção da escravidão, a construcção de uma rêde de boas estradas de rodagem, a abolição de certas disposições legaes oppressoras da consciencia religiosa, a criação de outras que facilitem a organisação do trabalho, etc., e sem as quaes se procurará em vão o remedio para os nossos males e o nosso atrazo e a regeneração de nossas finanças.

No terreno politico, como no industrial, o jornal agirá com a maxima energia possivel, já procurando estimular o espirito d'empreza dos nacionaes e estrangeiros residentes no Brazil, já combatendo a ignorancia (fingida ou real) e a calculada *inercia* dos ministros do Imperador, já tentando despertar a nação do somno do indifferentismo em que a mergulhou a politica imperial; já, finalmente, habilitando-a a tratar por si mesma os seus negocios ou a melhor fiscalisar a sua administração quando confiada a terceiros.

Um empenho todo particular terá o *Constituente*: é o de

procurar impedir a perversão das idéas politicas na mocidade brasileira e de obstar que d'ella se apodere a descrença que reina na sociedade quanto ao futuro do paiz. Essa descrença é um dos mais activos collaboradores da politica imperial, que a criou precisamente para ter n'ella o seu grande ponto de apoio. E' pois, da maior conveniencia combatel-a, e n'este intuito não se pouparão esforços. A directoria de *Constituinte* tem, á este respeito, idéas assentadas, que revelará opportunamente.

XVII

A realisação de um projecto de publicidade tal qual o tenho descripto, encontrará necessariamente da parte do governo do Imperador e seus agentes ou instrumentos a mais serião, talvez a mais criminoso resistencia ou reacção, a qual será, como sempre, encoberta ou disfarçada.

Eu não conheceria a historia, em geral, e particularmente o regimen politico encarnado em um só homem cuja ambição reduziu o Brazil ao estado miseravel em que o vemos, se não estivesse profundamente convencido que o governo (não me refiro á estes ou aquelles ministros, mas á entidade solidaria e permanente de que o Sr. D. Pedro II é a alma) que oppoz-se á suppressão do *Corsario* porque servia-lhe o criminoso intuito de apodrecer moralmente a nação, mas que mandou apedrejar e destruir pela policia distarçada a typographia da *Republica*, ou prender ou matar os vendedores innocentes dos jornaes que não commungam com as idéas do *Corsario*, ou d'aquelles que defendem os «interesses illegitimos da monarchia», se não estivesse convencido, digo, que o governo ha de pôr em acção, contra as minhas revelações e a minha propaganda, todas as armas que o absolutismo hypocrita e o mais refinado jusuitismo tem em seus arsenaes, desde a simples indimidiação pelos meios *apparentemente* legaes até a morte violenta, dada quer mysteriosamente como a teve Castro Malta, quer astuciosamente como aquella que a policia á paisana tentou mais de uma vez dar ao Dr. Lopes Trovão por occasião dos *meetings* por elle convocados, quer directamente por um dos capoeiras ou capangas que vivem á disposição da policia (verdadeiros assassinos de profissão ao soldo do Estado), ou por outro qualquer meio ou artificio.

Riam-se, embora, os nescios e finjam-se indignados os aulicos e os subservientes; eu, porém, que conheço a historia, o paiz em que vivo e o *homem* que nos governa, que reconheço a verdade do proverbio: *il n'y*

a que la vérité qui blesse, e que sei, portanto, qual é o effeito que a attitude que vou assumir em face do despotismo ambicioso e sem escrupulo produzirá na consciencia dos culpados e dos seus agentes mais ou menos zelosos, mais ou menos illudidos acerca do valor e da recompensa dos serviços que prestarem ao imperante pelos attentados que commetterem contra a minha pessoa, (*) não hesito em dizer desde já aos meus concidadãos: se eu fôr victima de algum attentado, por mais que as apparencias sejam contra mim; ainda que appareçam depoimentos de pessoas fidedignas; quando mesmo, em caso de morte, todos os indícios sejam de um suicidio ou de uma vingança particular; quaesquer que sejam as manifestações de benevolencia ou de pezar para com a minha familia da parte dos *interessados na cessação de minhas revelações* ou dos ataques que resolvi dar contra os algozes e exploradores de minha patria; por mais severas que sejam as ordens da autoridade para conhecer o autor ou autores do attentado; por mais directa e *ostensiva* que seja a intervenção do monarcha « que tanto estremece seu povo » para se « descobrir a verdade »: lembrai-vos dos desaparecimentos mysteriosos que tiveram lugar em Novembro do anno passado é que acabaram somente quando foi divulgada a morte de Castro Malta e a imprensa independente assumiu uma attitude ameaçadora em face do governo; lembrai-vos dos manejos postos em acção pela autoridade para fingir que queria fazer justiça e que *nem um só culpado foi descoberto*; lembrai-vos d'este facto de hontem e ficai certos, meus patricios, que, se eu fôr victima de algum attentado, o fui em consequencia de mandato, incitamento ou insinuação mais ou menos habilmente feita, como só as sabem fazer os Tartufos ou aquelles que foram educados pelos frades.

Repito: riam-se embora os nescios e finjam-se indignados os subservientes e os aulicos; eu, porém, sei o que faço, sei porque julguei dever fazer esta advertencia, e aquelles que lerem os *factos* que cito no *Processo da Monarchia no Brazil* hão de me dar razão, ainda que seja na intimidade da consciencia, *que não compromette ninguém*.

(*) Ahí estão os factos provando que os chefes de policia que servem á contento do Imperador têm sempre accesso ou uma remoção desejada; são geralmente nomeados desembargadores da relação da côrte; se porém não servem á contento, ficam marcando passo na posição que occupavam anteriormente, ou voltam para a aldeia d'onde vieram, como aconteceu ao desembargador Belarmino por ter elle tido a audacia de fazer ao paiz revelações que comprometiam os ministros e punham em evidencia o governo pessoal do Imperador.

Agora só me resta tratar de dous pontos relativamente secundarios ou de uma simples questão de fórma. O primeiro é o facto de ter eu exposto este programma e fallado sempre em meu nome unico. A razão d'este procedimento, que pôde, a primeira vista, parecer presumpção ou falta de modestia, é a seguinte: Conhecendo bem o nosso paiz,—é esta a unica pretensão que tenho—confiando exclusivamente no apoio que espero do patriotismo dos meus concidadãos e no desejo que elles devem ter de ver melhorada a situação do paiz, que é a situação de nós todos com excepção apenas dos membros da olygarchia que nos está explorando, entendi que, *para ter toda a certeza de cumprir á risca e até o fim o meu programma*, que é o unico que o estudo, a reflexão e a experiencia ensinaram-me ser capaz de pôr um limite á politica mephistophelica que nos mata lentamente, entendi, digo, que devia ficar só a testa do jornal, para só eu dirigir ou indicar a direcção e o sentido dos ataques contra o poderoso inimigo que nos sitia por todos os lados e *assim ficar só eu responder perante as autoridades legaes*.

Esta resolução não exclue porém a collaboração de escriptorés distinctos por sua illustração e independencia de character á que tenho necessidade de recorrer para fazer face a todas as exigencias de um orgão de publicidade com um programma como o que acabo de exhibir.

O segundo ponto á que me referi é relativo á linguaagem que tenho usado e pretendo usar na exposição de minhas opiniões e discussões politicas. O brasileiro de hoje, que é o producto de quasi quatro seculos de despotismo (a differença que ha entre o governo do Brazil de hoje e o que tivemos nos seculos passados é só na superficie: antigamente os nossos governantes residiam em Lisbôa, hoje residem no Rio de Janeiro, como já o faziam no tempo de D. João VI; havendo de mais o rotulo pomposo com que se tem illudido os tolos e onde se lê *governo monarchico constitucional e representativo!*); o brasileiro de hoje, digo, nascido e educado n'esse meio empestado pelos miasmas delecterios da escravidão e do despotismo, ora franco, ora disfarçado ou hypocrita: acostumado a tratar de illustrissimo, senhoria, excellencia, alteza, serenissimo, eminencia, reverendissima, magestade, ao monarcha e a quantos se approximam d'elle ou d'elle recebem graças, titulos e empregos, embora fossem estes alcançados por meios im-

moras, e dados sem distincção, ou á um vencedor, em cem combates, do inimigo da patria, ou á quem enriqueceu pelo crime de adulterio e o consequente casamento com a viuva herdeira, etc.; o brasileiro de hoje acostumado a respeitar e a venerar os representantes do poder e a seus adherentes, e a tratal-os sempre com humildade, como verdadeiros « escravos livres; » o brasileiro assim educado estranha quando vê tratar um ministro ou um criado do Paço, como se fosse um simples mortal. Uns por habito, outros por medo, estes por interesse e aquelles por hypocrisia estranham a qualificação adequada que ouvem dar aos actos do Imperador, do governo ou de alguma creatura do monarcha, chamando de insulto a expressão justa e de pasquim o escripto ou impresso que a propaga, só porque se refere a um d'esses entes á quem a educação o obrigou a respeitar como se fosse de natureza superior ou o seu amo.

Se um particular, um pequeno mortal ou um pobre diabo promete e não cumpre, é um *tratante*; se pede um pouco de dinheiro ou um objecto emprestado e não o restitue é um *ladrão*; se, para matar a fome, elle vai furtar, mas se ha lucta e elle mata alguém, qualificam-n'o immediatamente de *assassino* e pedem a mais severa punição ou « a amputação d'esse membro grangrenado do corpo social ». Apareça porém um principe reinante que viole o seu juramento, que explore e roube um povo inteiro, que mate lentamente — pelo desespero, pela loucura e pela fome — (*) milhões de seus semelhantes, e verão que muitos poucos qualificarão a sua conducta de *criminosa*, como merece, por parecer-lhe que é *uma falta de respeito* chamar *tratante*, *ladrão* e *assassino* a quem rouba « com luva de pellica », ou quem mata por intermedio de terceiros *responsaveis*; e os que ousarem fazel-o não encontrarão credito e antes se exporão ao ridiculo e a soffrer os insultos e os mãos tratos dos numerosos defensores mais ou menos nescios, subservientes e interessados na conservação do principe. Mesmo os bons e bem intencionados fogem de sua companhia para « não comprometterem-se ». Esta differença enorme no modo de considerar as mesmas cousas em relação á pessoas differentes é devida exclusivamente á influencia magica e prestigio do poder. Esta influencia

(*) Não se morre de fome somente pela falta absoluta de alimentação durante alguns dias; os alimentos insufficientes ou anti-hygienicos produzem ou favorecem o desenvolvimento de certas molestias ou a deterioração do organismo, resultando d'ahi a morte lenta em um periodo mais ou menos longo. Toda essa gente que vemos, magra e amarella, que lembra os paraguayos durante a guerra, é gente que está morrendo lentamente de fome.

mysteriosa e omnipotente, a educação que ensinou ao brasileiro a humilhar-se perante aquelles que estão ligados á monarchia (a mais elevada expressão do poder em acção), a esperança de algum beneficio da parte de quem póde dar tudo e o temor de não ser nada n'este mundo de vaidades e de miserias explicam a razão pela qual o leitor brasileiro, em geral, estranha e condemna o emprego de certas expressões ou qualificativos em referencia ao Imperador, aos seus ministros ou mesmo a um senador.

A influencia d'este prejuizo nacional é tamanha que eu mesmo tive de respeitá-lo até um certo ponto, limitando-me á transcrever, em relação ao Imperador, sómente as qualificações que, excepcionalmente, foram dadas na camara dos deputados pelo Sr. Ferreira Vianna, e a traduzir as que a natureza ou a Providencia lhe estampou na cara. Ainda assim quantos hypocritas ou nescios não se fingirão indignados quando, *em presença de testemunhas*, lerem ou referirem aquellas qualificações!

XIX

Pois saibam aquelles que se escandalizam ou fingem escandalisar-se com as qualificações dadas aos actos do Imperador e dos seus ministros que na Inglaterra, que é o paiz constantemente citado entre nós como o modelo do governo parlamentar e dos usos e costumes politicos que devem ser imitados: saibam elles que lá, fóra e dentro do parlamento, o critico qualifica a conducta dos homens publicos como julga que ella merece.

Lord Randolph Churchill, por exemplo, poucos mezes antes de ser nomeado membro do ministerio actual, dizia do chefe do partido liberal: «O Sr. Gladstone não passa de um *saltimbanco* da palavra» e Disraeli, chefe do partido conservador, por occasião da *inesperada* dissolução d'aquella camara pelo mesmo Sr. Gladstone, em 1873, qualificou o acto do seu adversario dizendo: «que elle havia procedido como o bandido que antes de atacar o viajante atira-lhe aos olhos a caixa de rapé»! o que não impediu os eleitores de dar o poder a Disraeli, nem a rainha de nomeal-o pouco tempo depois Conde de Beaconsfield.

Eu não tenho que approvar ou reprovar as qualificações dos adversarios do Sr. Gladstone, ou a linguagem usada pelos politicos inglezes; apenas verifico o facto d'essas qualificações accrescentando que nem ellas, nem os seus autores foram recebidos com desfavor pelo publico inglez, como o se-

riam aqui, pelas razões que já alleguei, apesar da existencia alli da monarchia e de uma aristocracia orgulhosa. E que na Inglaterra o povo recebe uma educação mais consentanea com a dignidade humana. O resultado é que n'aquelle paiz os homens publicos temem de ver a sua conducta devidamente criticada, ainda que o seja algumas vezes com demasiado rigor ou mesmo com injustiça. Mas a liberdade da critica e a aceitação d'esta pelo publico é um freio moral, é uma barreira imposta aos politicos inglezes e á propria monarchia, ao passo que os nossos, acostumados, como estão a serem adulados e a receberem os mais honrosos epithetos, muitas vezes no mesmo artigo ou discurso em que os seus actos são censurados, não sómente desprezam a censura como os proprios censores. Que casofazem entre nós os ministros dos proprios representantes da nação que não são chefes dos partidos politicos? Que influencia exercem no animo d'elles os discursos no parlamento e a imprensa diaria? Que receio pôdem ter do parlamento e da imprensa os ministros de um monarcha omnipotente (que é o primeiro a desprezar a todos) quando atravez da censura, sempre incompleta, transparecem o medo de desagradar e os epithetos lisongeiros?

Os ministros sabem que quasi todos os membros do parlamento e representantes da imprensa querem *estar bem* com elles e mais ainda com o Imperador; por isso procedem para com elles da mesma maneira que o Imperador procede para com o povo brasileiro: vão fazendo o que querem sem attentar mais ás suas queixas ou exprobações do que a lua attenta aos latidos de um cão. Era este o conselho que Catharina da Russia dava aos soberanos do seu tempo.

Póde e deve continuar semelhante estado de cousas? Não; mil vezes não!

E' tempo de acabar com essa opposição furta-côres e com esses ataques frouxos e intermittentes que não attingem ao alvo; é preciso qualificar a conducta dos ministros como ella merece; é preciso quebrar esses velhos moldes imprestaveis; urge cessar com essas considerações immerceidas para com esses medalhões que são outros tantos Imperadores emquanto não são atirados na valla commum pelo *unico e verdadeiro*; que não têm a verdadeira coragem de suas convicções, nem a verdadeira honestidade politica; que são verdadeiros *gozadores* das vantagens do poder; que recebem da falta de coragem da opposição o mais poderoso estímulo para perseverarem na sua politica de eunucos; é preciso que os homens que nos governam saibam que a nação está acima d'elles; é preciso que o Imperador saiba

que a sua irresponsabilidade legal não o isenta da responsabilidade moral; e que, por conseguinte, a sua conducta pôde ser publicamente *qualificada*.

O Imperador é elogiado por aquelles que entendem que devem elogiá-lo; porque razão não poderá elle ser censurado por aquelles que entendem que elle não faz o seu dever? A elle attribuem os aulicos, nescios e subservientes a *gloria* do bem que dizem que faz o seu governo; por que razão não se poderá também fazer recahir sobre a sua cabeça a responsabilidade *moral* do mal que esse mesmo governo pratica? A simples qualificação da conducta do Imperador não importa a sua accusação legal, da qual, é certo, está isento, pela constituição. Mas, além de que elle é o primeiro a desprezar a constituição, seria, em verdade, muito commodo para um soberano e demasiadamente ridiculo, além de cruel, para um povo, que esse soberano, fiando-se na irresponsabilidade que lhe assegura a lei, podesse commetter os maiores crimes contra esse povo sem que ao menos este tivesse o direito de exprobar-lhe a sua conducta!

Milton, a proposito do processo de Carlos 1.^o, provou em uma linguagem que Guizot qualificou de eloquente «que é de justiça chamar á contas um tyranno ou um máo rei, e, depois de o haver devidamente convencido, depô-lo e condemnal-o á morte.» E nós não teriamos ao menos o direito de dizer ao Imperador, que violou o seu juramento: Vós sois um perjuro?! E se o perjuro é um crime, porque razão não poderíamos dizer-lhe: Senhor, vós sois um criminoso!? Ou querem os aulicos, os nescios e subservientes, em uma palavra todos os cúmplices mais ou menos conscientes, que o crime mude de natureza e de nome só porque foi commettido por um soberano e hypocritamente?

Foi para impedir mais esta mystificação dos comparsas sinistros do sinistro comediante que a Providencia julgou dever intervir para qualificar devidamente o sacrilego attentado, esculpiu na cabeça do seu auctor esta sentença sem appellação: *Judas, Satanaz encoberto!*

Possam os brazileiros comprehender e guardar no coração a lembrança d'este juizo de Deus e contribuir para a regeneração de sua patria infeliz pelos esforços que fizerem para metter medo ao tyranno e convocar-se uma CAMARA CONSTITUINTE!

ANFRISO FIALHO.

Rio de Janeiro, Setembro de 1885.

M8/0035

L6-C40

